

Equipamentos
empacotados no
corredor da Química
aguardam instalação

FOTOS: FLÁVIO DUTRA/JU



Ciência sem burocracia

Página Central

*Novo Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação cria expectativa

*Pesquisadores desejam gerência de recursos mais ágil e flexível



GRADUAÇÃO

Zootecnia e Engenharia Hídrica são os novos cursos da UFRGS

P6

EXTENSÃO

Improvisado conquista espaço na música

Por que as artes marciais mistas ganham público

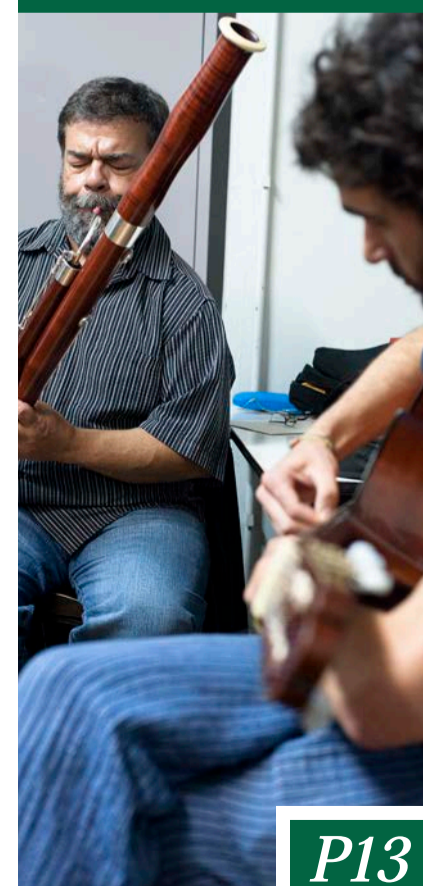
Para o professor pesquisador do Grupo de Estudos Socio-culturais em Educação Física, Marco Paulo Stigger, um dos motivos do sucesso de público do UFC (*Ultimate Fighting Championship*) é que nesse tipo de luta não vale tudo, já que existe uma série de regras que tornam a luta menos violenta

e mais segura. Os combates assumiram um caráter de espetáculo midiático, cujo formato é pensado para a transmissão televisiva. Na opinião do professor de boxe Flávio Marante, o sucesso do evento está mudando o mundo das lutas e “matando”, em termos simbólicos, o boxe. **P4**

A história do vestibular na Universidade

A segunda reportagem da série JU 15 anos trata das transformações por que passou o vestibular realizado pela UFRGS nesse período. A mudança mais evidente foi a informatização das inscrições, iniciada em 1998. No entanto, a adoção do Programa de Ações Afirmativas, a partir de 2008, parece ter alcançado maior

impacto junto aos candidatos a uma vaga na Universidade. Outras medidas, como a redução do número de dias de aplicação das provas e a possibilidade de participar da seleção em outras cidades, além da capital gaúcha, vieram facilitar a vida daqueles que moram longe de Porto Alegre. **P7**



Técnicos Administrativos
Começa a primeira Avaliação de Desempenho **P3**

Bienal do Mercosul
Ensaio do professor Paulo Gomes avalia erros e acertos **P5**

Células-tronco
Lygia da Veiga Pereira expõe possibilidades dos tratamentos **P11**

Literatura
O perfil de Jane Tutikian, patrona da Feira do Livro **P15**

P13

Espaço da Reitoria

Carlos Alexandre Netto
Reitor

UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha, Porto Alegre - RS | CEP 91046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Carlos Alexandre Netto
Vice-reitor
Rui Vicente Oppermann
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
Flávio Porcello

JORNAL DA UNIVERSIDADE
Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497

Conselho Editorial
Cassiano Kuchembocker Rosing, Cesar Zen Vasconcellos, Daltro José Nunes, Edison Luiz Lindner, Fernando Cotanda, Flávio Porcello, Maria Heloisa Lenz, Maria Henriqueta Luce Kruse, Ricardo Schneiders e Rudimar Baldissara
Editora
Ánia Chala
Repórteres
Caroline da Silva, Everton Cardoso e Jacira Cabral da Silveira
Projeto gráfico
Juliano Bruni Pereira
Diagramação
Gustavo Demarchi
Fotografia
Flávio Dutra
Revisão
Antônio Falcoetta
Bolsistas
Dilaine de David, João Flores da Cunha e Luiz Eduardo Kochmann (jornalismo) / Elisa Bortolini (fotografia) / Victoria Zdanski Chiro (Relações Públicas)
Circulação
Márcia Fumagalli
Fotolitos e impressão
Gráfica da UFRGS
Tiragem 12 mil exemplares

Infraestrutura para o presente e o futuro

A construção da excelência passa pela expansão acadêmica qualificada e pela modernização da infraestrutura física. Por hábito, temos neste espaço refletido acerca dos avanços acadêmicos, mas pouco sobre o tanto que tem sido feito em termos de infraestrutura.

Em meados de outubro foi formalmente entregue a nova subestação de distribuição de energia elétrica de média tensão do Câmpus do Vale. Esse conjunto de equipamentos supre de energia mais de sessenta subestações individuais e suporta uma projeção de aumento de consumo de 50% nos próximos cinco anos. Investimento de 3,5 milhões de reais, com recursos extras do MEC, esse projeto foi concebido numa articulação entre os setores de infraestrutura e de planejamento da administração central. Associando a nova entrada da rede elétrica às obras complementares, tais investimentos

garantem à comunidade do Vale segurança e confiabilidade no fornecimento de energia, insumo essencial para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e a expansão da infraestrutura predial.

Os avanços na infraestrutura da Universidade são significativos. Desde o início da gestão já foram concluídas 108 obras ou reformas, somando 140 mil metros quadrados e recursos da ordem de 17 milhões de reais. A ampliação do RU3 (Restaurante Universitário do Vale), a construção do RU5 (ESEF) e a reforma da Casa de Estudante, no centro, são alguns exemplos. Dentre as 34 obras em andamento, que totalizam 48 mil metros quadrados e investimentos de 31 milhões, há o Prédio de Salas de Aula, no centro, a ampliação da Escola de Enfermagem e o Hospital Odontológico, ambos no Câmpus Saúde. Há outras 49 obras e reformas em licitação, perfazendo 38 mil

metros quadrados orçados em 24 milhões de reais, dentre as quais o RU do Bloco 4 (Vale), o Almoarifado para os RUs e a Garagem do Grupo Frota.

Para atingir esse inédito patamar de atividade e eficiência, a Superintendência de Infraestrutura foi reestruturada, foram assinados 13 contratos de manutenção e serviços, e contratados 25 profissionais de engenharia e arquitetura.

Conforme definido no Plano de Desenvolvimento Institucional aprovado na atual gestão, a modernização e a expansão da infraestrutura são elementos fundamentais para o desenvolvimento das atividades da UFRGS. Estamos honrando um compromisso de gestão e dotando a universidade da estrutura básica para fazer frente ao crescimento dos próximos anos. E, assim, construindo a universidade que todos queremos.

Mural do leitor

jornal@ufrgs.br

AVC

Fiquei surpreso ao ler na imprensa local a notícia de que os acidentes vasculares cerebrais (AVCs) estão entre as maiores causas de morte na população brasileira, por isso sugiro que o Jornal da Universidade faça uma reportagem sobre o crescimento desse mal.

► **Dagoberto Silveira, contador**

JU 15 Anos

Parabéns pela brilhante matéria "Um evento grandioso". O prof. Daltro e os cartões estão perfeitos, a matéria está muito boa, divertida e eficiente, contando essa brilhante e importante história. A Prograd tem uma história parecida em relação a entrega dos diplomas, que antigamente eram expedidos pela gráfica da UFRGS em papel especial com secagem especial que levavam cerca de 6 meses. Hoje, entregamos no ato da cerimônia de Colação de Grau em papel moeda, com registros eletrônicos no fechamento da ata.

► **Denise Coutinho, diretora do Decordi**

Mobiliário

O JU está buscando informações sobre o histórico e a localização de móveis de época que façam parte do patrimônio da UFRGS. A ideia é produzir uma reportagem recuperando a trajetória de peças que acompanharam a vida acadêmica de pesquisadores, estudantes e técnicos, seja pela beleza, funcionalidade ou por outras características distintivas. As informações devem ser enviadas para o endereço jornal@ufrgs.br.

Artigo

Por trás da polêmica do IDEB

A ideia de Gustavo Ioschpe de tornar obrigatório afixar no portão de entrada das escolas os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o IDEB, tornou-se perigosa porque foi encampada por três projetos de lei apresentados na Câmara dos Deputados. O próprio MEC alertou no início da tramitação que tais projetos eram constrangedores para as escolas, e é consenso entre os órgãos de classe, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que há inúmeros problemas nas escolas brasileiras que independem do esforço dos professores e que afetam o processo de ensino – como as condições das instalações, a falta de energia elétrica e água em escolas rurais, etc. A conclusão é que a proposta do economista cobra dos profissionais de ensino o que deve ser responsabilidade do Estado, estabelece uma competição desnecessária entre as instituições educacionais, aumenta o estresse profissional de professores e reduz a autoestima de alunos. Se a proposta vencer, será praticada uma violência simbólica contra a escola: ela será jogada, de uma vez por todas, ao sabor da ideologia pura de mercado, ao ser submetida ao princípio da competição, cujo efeito é reduzir a autonomia escolar, substituir a defesa do desenvolvimento integral do aluno pela busca de indicadores baseados em dados quantitativos – e não qualitativos – e na gestão de recursos financeiros.

O que está por trás dessa discussão? O pressuposto de Ioschpe é que teorias e métodos econômicos podem ser aplicados à educação. É o que faz em sua obra "A ignorância custa um mundo"

(ed. Francis, 2004), na qual defende a analogia entre produtividade física do capital e educação. Defende, entre outras ideias, que "basta imaginar que a escola é uma instituição especializada na produção de treinamento" (p.33) e que "os princípios da economia também se aplicam ao 'mercado' da educação" (p.152). Mais grave, o autor propõe uma reforma do ensino brasileiro baseada, entre outras coisas, no "fim da gratuidade do ensino público universitário" (p.231, grifo meu) e no "fim do desconto no IR para gastos com educação" (p.243). Para mim, a "economia da educação" de Ioschpe é o mais puro pensamento de direita, na qual a economia, a defesa de índices, o mercado e o liberalismo são o remédio pronto para a solução de todos os males da educação. É nela que se fundamenta a defesa da afixação do IDEB nas fachadas das escolas. Em "Rumo ao Abismo" (Bertrand Brasil, 2011), Edgar Morin mostra o quanto esse paradigma é equivocado quando se trata da educação. Para Morin, "a ciência econômica, ao mesmo tempo em que é a ciência social matematicamente mais avançada, é a ciência social humanamente mais retrógrada", pois "se abstraiu das condições sociais, históricas, políticas, psicológicas, ecológicas, inseparáveis das atividades econômicas" (Morin, p.48). A afixação do índice do IDEB na fachada das escolas é o simulacro perverso e deformador desse universo econômico. O indicador aliena porque compartimentaliza, separa e isola aquilo que os educadores veem de forma interdependente: as condições de produção do trabalho escolar. Sua falsa racionalidade baseia-se num mecanismo ideológico elementar: a

Memória da UFRGS



1940 Em tempos de mais uma edição da Feira do Livro, esta imagem da antiga Praça da Alfândega nos leva a um passeio em uma época em que os pedestres não precisavam disputar espaço com os automóveis.

tentação do sentido. Diante dos terríveis problemas educacionais que vivemos hoje, a valorização de indicadores surge como portador de sentido, mas esconde por trás uma perversa lógica econômica baseada na defesa da competição. A ilusão vendida por Ioschpe é que, se indicadores servem para economistas, devem servir para os profissionais do ensino. Nada mais perverso, porque o que ele não diz é que a economia capitalista não é um mundo equilibrado, ao contrário, é um mundo repleto de catástrofes no que os problemas da educação são justamente um de seus produtos.

Sua posição não poderia ser diferente: está inscrita em seu DNA. Filho de conhecido empresário, é acionista da Ioschpe-Maxiom, companhia fundada em 1918 que se expandiu do ramo madeireiro para o setor financeiro e industrial, chegando a lucros de 58,597 milhões no terceiro trimestre de 2010. Quer dizer, faz parte do *habitus* (Pierre Bourdieu) dele a incorporação, em seu modo de agir, sentir e pensar, do modo de ser de sua classe social, a classe dominante. Procurei em vão na internet informações sobre sua experiência como professor de escola pública e não encontrei nada – repito, nada! – que o qualifique como tal. A pergunta que não quer calar é: como pode alguém que não teve a experiência de sala de aula dizer que é melhor para os professores que o IDEB seja afixado na fachada de sua escola? Mais: como pode sugerir que instrumentos da economia sejam orientadores para a educação? A minha resposta é: não pode. É necessária a experiência de professor para sugerir caminhos para a educação, e a "economia da

educação" nada mais é do que ópio para as massas, e a defesa de indicadores, mitificação ideológica. É como se dissesse: "educador, não te metas com a verdade dos índices porque eles são a nossa verdadeira natureza". No universo de Ioschpe não existem nem pessoas nem contradições, apenas fórmulas matemáticas: "[...] minhas pesquisas e conclusões são respaldadas por números e estatísticas" (A Ignorância... p.14). Diz o filósofo Slavoj Žižek: "O difícil é encontrar poesia e espiritualidade nessa dimensão". Ora, além de ser moralmente errado aplicarem-se conceitos de investimento e capital às pessoas, há o risco de indicadores como o IDEB serem utilizados de forma inadequada nas decisões de políticas educacionais. Se os governos levarem em consideração somente os valores apontados no índice, as contribuições e as análises culturais da educação não serão consideradas. Isso é terrível. A educação tem um papel econômico, é claro, mas não a ponto de perdemos as referências às questões sociais de base que tratam, justamente, da crítica às condições de reprodução da escola no interior do capitalismo. Ioschpe defende a ideia de afixar o índice do IDEB na fachada das escolas como seu gesto de amor para defender a educação, mas seu verdadeiro amor é o Capital e seu pensamento, ideologia a serviço da servidão.

Jorge Barcellos
Doutorando em Educação da UFRGS,
mantém o blog filosofiafrancesacontemporanea.blogspot.com

FOTOS: ELISA BORTOLINI/JU



Salão UFRGS 2011

Unificação trouxe união produtiva

A realização conjunta dos salões das áreas do Ensino, Pesquisa e Extensão na semana de 3 a 7 de outubro trouxe uma novidade para quem estava acostumado a participar daqueles eventos de forma compartimentada: pela primeira vez, quem visitou o Câmpus Centro pôde ter uma ideia da quantidade e da qualidade dos projetos desenvolvidos na Universidade, seja no campo da iniciação científica, do ensino a distância, da interação com a comunidade ou da popularização da ciência.

A mudança no formato do evento foi bem avaliada pelos pró-reitores: “Inovação é a marca do Salão. E o fato de ser unificado é mais um passo no sentido de ver o todo na formação dos alunos. A integração veio para ficar”, destacou o pró-reitor de Pós-graduação, Aldo Lucion. Para a pró-reitora de Graduação, Valquíria

Bassani, “a fronteira entre ensino, pesquisa e extensão não existe na realidade, o que ficou evidente na edição deste ano. No Ensino, esse entrelaçamento ocorreu com muita clareza, o que tornou as sessões mais ricas”. Sandra de Deus, pró-reitora de Extensão, afirmou que “com a unificação dos salões foi possível conhecer e participar das outras atividades. Sempre defendemos a indissociabilidade entre o tripé que sustenta a instituição”. De acordo com Silvestre Novak, vice-secretário de Educação a Distância, o evento trouxe “repercussões duradouras para toda a comunidade acadêmica, como a Sala de Aula Virtual, lançada durante o Salão”. Raquel Mauler, secretária de Desenvolvimento Tecnológico, acredita que “explicar as pesquisas em uma linguagem acessível é um ótimo exercício para os alunos”.



UFRGS TV

Multiponto

Trânsito e Mobilidade Urbana: nós, que nos movemos

Devido ao processo da industrialização tardia pelo qual passou o Brasil a partir dos anos 50, o desenvolvimento do país ficou atrelado à construção de estradas e à priorização desse modo de transporte. Assim, o uso de rodovias, não só para o deslocamento individual como também para o escoamento da produção, possibilitou a criação de uma cultura rodoviária, privilegiando o carro. “Cada vez mais há um endeuamento do automóvel”, diz o urbanista Júlio Vargas.

A situação caótica que encontramos diariamente no trânsito se torna, a cada dia, mais alarmante. As relações entre os diferentes atores desse cenário social costumam ser difíceis e conflituosas. Além de um problema econômico e estrutural, a questão do trânsito representa, hoje, um problema social, de forma que as suas consequências podem ser sentidas em diversos setores da estrutura urbana.

A falta de entendimento de que a expressão “trânsito” se refere ao fluxo de pessoas, e não ao fluxo de automóveis, exclusivamente, gera uma noção de não pertencimento dos indivíduos em relação a esse contexto. Do mesmo modo que os pedestres não se sentem responsáveis pelo que acontece nas pistas, os motoristas ao volante se revestem do automóvel e querem desfrutar desse status. “O automóvel carrega com ele não só o fato de ser um meio de transporte, mas também um símbolo de superioridade social no trânsito”, afirma Natália Steigleder Walter, mestre em Sociologia.

No intuito de desafogar as vias e melhorar a mobilidade urbana, os meios alternativos de deslocamento podem e devem ser uma opção. O investimento em estruturas, como o transporte público, incluindo ônibus, metrô, aeromóvel e hidrovias, bem como o incentivo ao deslocamento a pé e ao uso de bicicletas, configuram uma das maiores propostas e expectativas para se pensar em sustentabilidade financeira e ecológica. Entre as preocupações atuais, a organização de um trânsito fluido e que interligue os diferentes modais ocupa um espaço considerável, sendo visto por muitos como um sinônimo de desenvolvimento.

Procurando promover um debate acerca de assunto tão recorrente, o programa *Multiponto* abre espaço para pesquisadores e representantes da gestão pública exporem os seus pontos de vista, refletindo tanto sobre alternativas para esse problema crescente quanto sobre a responsabilidade de cada cidadão – motorista, pedestre ou usuário de qualquer meio de transporte – como integrante desse sistema.

Bruna Oliveira e Lais Webber,
estudantes do 4.º semestre de
Jornalismo da Fabico

Assista aos programas

Para acompanhar essa reflexão, assista ao programa *Multiponto* sobre Trânsito e Mobilidade Urbana, produzido pela UFRGS TV, que vai ao ar no dia 3 de novembro, às 20h e às 23h, na UNITV, canal 15 da NET POA.



A tecnologia ganhou espaço com os displays digitais utilizados na mostra de EAD (acima à esquerda), enquanto a tradicional mostra de pôsteres do Salão de Iniciação Científica (acima) continuou sendo o momento em que os bolsistas expõem os projetos dos quais participam

Carreira

Avaliação de Desempenho em curso

Durante o mês de novembro, os cerca de dois mil e 600 servidores da UFRGS estarão em processo de avaliação de desempenho (AD), conforme a Decisão 939/2008 do Conselho Universitário (Consun), que estabelece o Programa de Avaliação de Desempenho da UFRGS. Desde março deste ano, a progressão dos servidores técnico-administrativos deixou de ser automática e passou a ocorrer com base nas metas estabelecidas para o ano de 2011 em cada órgão da Universidade, sob o gerenciamento de seus Núcleos de Gestão e Desempenho (NGD). “Precisamos promover a cultura do planejamento e da participação”, ressalta Eliana Ventrini, da equipe da Progesp.

Os resultados da AD em curso servirão de base para a progressão funcional a partir de primeiro de janeiro de 2012. Essa progressão será concedida ao servidor que obtiver, no mínimo, 60% da pontuação máxima, ou seja, 300 pontos. Caso essa pontuação não seja atingida, haverá a possibilidade de correção dessa defasagem através do aproveitamento de até 50 dos pontos resultantes do formulário *Condições de Trabalho*, que não serão computados num primeiro momento.

O foco da avaliação de desempenho é o coletivo, mas ela compreende tanto questões individuais quanto dos grupos. Na dimensão institucional, serão avaliados o *cumprimento das metas*, a *avaliação das equipes de trabalho*, a *avaliação das condições de trabalho* e a *avaliação feita pelos usuários* – que compreende estudantes e mesmo o servidor que queira opinar sobre os demais setores que não o seu. Na dimensão individual, o servidor sem cargo de chefia deverá fazer a sua autoavaliação e ser avaliado pela sua chefia imediata; o servidor em cargo de chefia fará a sua autoavaliação e será avaliado pela sua chefia imediata e pela equipe de trabalho.

Todo técnico deverá participar da AD, cujos formulários estão disponíveis no site da Universidade. Conforme Eliana, existem dois caminhos possíveis para o servidor participar do processo, ao acessar o Portal do Servidor após digitar seu nome de usuário e senha. Na primeira opção, os *links* são os seguintes: portal do servidor – informações funcionais – avaliação de desempenho. No segundo caminho, os passos são: portal do servidor – gestão – recursos humanos – avaliação de desempenho.

Os questionários não precisam ser respondidos por completo num só momento. Nesses casos, o servidor deverá salvá-los para que os possa retomar mais tarde. Durante esse processo de respostas individuais, o servidor participará de reuniões em sua unidade, discutindo as metas que foram elaboradas. Fazem parte dos núcleos o diretor da unidade e um assessor.

O processo da Avaliação – e de gestão ampliada – ocorrerá anualmente com o planejamento das metas por órgão ou unidade, que deverão ser atingidas no decorrer daquele ano. Esse planejamento deverá ser realizado com o conjunto dos servidores e terceirizados lotados no setor, ainda que estes não participem do preenchimento dos formulários de avaliação. O passo seguinte é o acompanhamento do desenvolvimento das metas durante o ano, “que precisam estar claras no horizonte de todo mundo porque não são metas individuais, mas de equipe”, frisa Eliana. A partir de primeiro de janeiro, quem completar o período de progressão já irá progredir com base no resultado da avaliação.

Eliana destaca ainda que cada servidor vai receber, por parte da sua chefia imediata, uma proposta de

desenvolvimento para ver em que direção ele pode continuar aprimorando as suas potencialidades. Nesse sentido, o processo de avaliação de desempenho terá um vínculo direto com o programa de capacitação da Universidade. Desde o início do ano já foram realizadas três oficinas de planejamento ministradas por professores da Faculdade de Farmácia e da Escola de Administração, e dirigidas aos membros dos Núcleos de Gestão de Desempenho. Essa formação em planejamento terá continuidade em 2012.

Nas unidades acadêmicas, os Núcleos de Gestão e Desempenho são compostos pelo diretor da unidade, pelo assessor administrativo e por dois técnicos eleitos (titular e suplente). Nas unidades administrativas, compõem-se pelo diretor, por servidor técnico-administrativo indicado pela chefia e por dois técnicos eleitos (titular e suplente). Todas as questões, dúvidas e encaminhamentos são feitos para os NGD, ressaltando-se que, em caso de o técnico não concordar com a sua avaliação pela chefia, poderá recorrer ao seu núcleo e, em última instância, à CONSUN.

“Esperamos que esse processo amplie e consolide a participação de todos na gestão da Universidade”, conclui Eliana.



Sebastian Latorre encara Douglas "Cavalo" de Andrade na pesagem para o evento de MMA em Porto Alegre

É hora de lutar

UFC Por que as artes marciais mistas fazem cada vez mais sucesso

O *Ultimate Fighting Championship* (UFC) é o maior fenômeno recente do esporte. É o evento de maior sucesso do MMA, sigla em inglês para artes marciais mistas, esporte que combina elementos de diferentes lutas: boxe, jiu-jitsu, *muay thay* e caratê, entre outros. Cresceu muito neste ano e tem ganho cada vez mais espaço nos meios de comunicação. A realização de uma edição no Rio de Janeiro, em agosto, impulsionou o esporte no Brasil.

O MMA tem origem no vale-tudo, tipo de luta em que ou não havia regras ou, quando havia, eram mínimas. Evitavam-se apenas golpes que pudessem causar danos permanentes – era proibido, por exemplo, colocar o dedo no olho do adversário. Atualmente, porém, esse tipo de combate ganhou outra dimensão. O UFC tem controle rígido de doping e uma série de regras que tornam a luta menos violenta e mais segura. No MMA, não vale tudo – e esse é um dos motivos do sucesso do esporte.

Marco Paulo Stigger, professor pesquisador do Grupo de Estudos Socioculturais em Educação Física da Escola de Educação Física (ESEF), fala em “formas de controle da violência”, entendida como “possibilidade de alguém se machucar”. Para ele, “ao mesmo tempo em que se controla a violência, retirando os excessos [do vale-tudo], devem-se permitir alguns golpes para que a luta se torne emocionante. Há uma sensibilidade construída culturalmente em relação à violência num grau que nós a aceitamos. Eu não quero ver o cara morrendo à minha frente, mas estou disposto a ver umas ‘porradas’. A luta se constitui nessa linha. O MMA parece ter conseguido certo equilíbrio, porque as pessoas têm vontade de ligar a televisão e ver”.

O equilíbrio a que Stigger se refere é fundamental por conta do que fica evidente a qualquer espectador de uma luta de MMA: os combates são violentos. Há três modos básicos de um lutador vencer o outro: por decisão dos juízes, por fina-

lização (quando submete o adversário a uma posição insustentável e força a sua desistência) ou por nocaute. Este, assim como no boxe, ocorre quando um atleta perde a consciência. No entanto, se naquele esporte um lutador se afastava no momento da queda do adversário, no MMA o lutador segue golpeando – no limite, até que o oponente fique desatado e o juiz o interrompa. Tem-se, então, o nocaute.

O principal evento do MMA antes do UFC era o Pride, muito mais violento e com menos regras. Fazia sucesso principalmente no Japão, sede de quase todas as lutas dessa modalidade. O UFC, por outro lado, é globalizado: não só há lutadores de diversos países como os combates ocorrem em diferentes lugares. O UFC popularizou o MMA porque criou as condições para que um público maior se interessasse pelo esporte.

O fenômeno – O brasileiro Anderson Silva é o lutador mais bem-sucedido

das artes marciais mistas. Ele é o dono do cinturão de sua categoria há cinco anos, um recorde – também detém o de vitórias consecutivas: 14. No UFC, nunca perdeu uma luta. Tamanho sucesso lhe rendeu o apelido de “Pelé do MMA” e fez com que se tornasse conhecido mesmo fora do meio. Desde que assinou contrato para exploração de sua imagem com a Nine, empresa de marketing esportivo do ex-jogador Ronaldo, Anderson Silva ganhou muito espaço na mídia. Ele fez aparições em diversos programas da TV Globo, tornou-se garoto-propaganda de uma rede americana de *fast food* e até participou de um show de Justin Bieber. Sua voz fina ajuda a suavizar a imagem de um lutador de vale-tudo.

O exemplo revela uma das dimensões do fenômeno UFC, a do espetáculo midiático. Seu formato é pensado para a transmissão televisiva. Já nos dias que antecedem os combates, na pesagem dos atletas, criam-se imagens de enfrentamento que geram expectativa para a noite do UFC. No momento da luta, os atletas fazem uma entrada performática. Há quatro câmeras espalhadas pelo octógono – o ringue onde ocorrem os combates –, que captam os golpes de todos os ângulos. Assim que a luta termina, os atletas concedem uma entrevista ainda dentro do octógono.

Se comparado a outros esportes, o MMA não atrai público massivo ao local onde é realizado. O UFC Rio (leia destaque abaixo) teve pouco mais de 10 mil presentes. É por meio da televisão que as lutas chegam a milhões de pessoas. Durante a transmissão do evento no Brasil, a RedeTV! chegou a liderar a audiência de canais abertos no país. Foi o programa com o maior número de espectadores da história da emissora.

O resultado chamou atenção da Globo, que, no fim de outubro, acertou com o UFC a compra dos direitos exclusivos de transmissão do evento. A parceria se inicia ainda neste ano, em 12 de novembro. Essa data representa um marco: pela primeira vez o UFC será transmitido em TV aberta nos Estados Unidos. Lá, as lutas eram exibidas apenas pelo *pay per view* – que, mais de uma vez, bateu a marca de um milhão de pacotes vendidos. No Brasil, a Globo mantém um canal nesse mesmo modelo, dedicado exclusivamente às lutas, em que o UFC é o carro-chefe.

A luta – “Não se pode pensar o MMA sem a dimensão do mercado”, diz o professor Stigger. Os organizadores “sabem vender” o evento como “espetáculo”, segundo ele. Mas nem sempre foi assim. O vale-tudo surgiu no Brasil na primeira metade do século XX. Ganhou popularidade a partir dos membros da família Gracie, que pretendiam provar que o jiu-jitsu era mais eficiente que outras lutas, e seus praticantes, capazes de derrotar os de outros estilos do esporte.

Permitia-se que lutadores com grande disparidade de peso se enfrentassem. Mesmo no Pride, ainda era possível aplicar “tiros de meta”: chutar repetidamente o adversário caído no chão. O responsável pela mudança é o empresário estadunidense Dana White, que comprou o UFC em 2003 e soube gerir a marca, implementando as mudanças nas regras que permitiram a popularização do MMA. Para Stigger, “ele blinda o jogo sujo e garante um evento limpo, um contra um, sem negociações escusas”.

Isso atrai patrocinadores para o evento e aumenta sua rentabilidade.

A raiz do sucesso do UFC está no fato de que a luta é atrativa para um grande número de pessoas. Stigger acredita que uma das dimensões que explica isso é “a do inesperado, do imponderável, que mexe com as emoções”. Para exemplificar, o professor faz uma relação entre vôlei e futebol – neste esporte, resultados improváveis são habituais; naquele, a melhor equipe usualmente vence.

Enquanto no boxe o combate se restringe à parte de cima do corpo, no MMA, o lutador pode usar o corpo todo e golpear o do adversário – o que abre um “leque de possibilidades”. Com isso, a luta se torna muito mais complexa – e emocionante. “No MMA, sempre há a possibilidade de um momento final”, segundo Stigger.

O maior exemplo disso é a chamada luta do século, entre Anderson Silva e Vitor Belfort, em fevereiro deste ano. O combate acabou antes do quarto minuto do primeiro *round*, quando Silva deu um chute no queixo de Belfort que o nocauteou. Flávio Mariante, professor de boxe e mestre em ciências do movimento humano pela UFRGS, diz que “ninguém esperava que a luta fosse daquela maneira. Aquilo foi incrível, espetacular. Todo mundo que pagou ingresso acha que valeu a pena. Mas se tu já entras pensando que isso pode acontecer, não vale a pena”. Para que o combate seja emocionante, deve haver um equilíbrio entre os atletas. No UFC, se o lutador deixa de ser competitivo, Dana White força a sua aposentadoria – segundo ele, por não querer que ninguém se machuque; na realidade, porque lutas desparelhas não são atrativas. Flávio explica que, no UFC, também está envolvida a dimensão da masculinidade. O octógono, uma jaula gradeada, “foi criado para o cara não ter por onde escapar”, de acordo com Flávio. Os dois lutadores ficam ali até que um vença, como se entrassem os dois e apenas um saísse.

Transformação – Para Flávio, o sucesso do UFC muda o mundo das lutas: “Antes as pessoas vinham do boxe ou do jiu-jitsu e começavam a incorporar ao seu treino outros tipos de luta. Quando eu comecei, não existia o MMA como luta, era um lutador contra o outro. Hoje, o pessoal mais jovem não é especialista em jiu-jitsu, boxe ou caratê. Eles pegam elementos de todas as lutas para se tornar atletas de MMA”.

O professor concorda com a ideia de que o sucesso do MMA está “matando” o boxe, “em termos simbólicos”. Recentemente, Everton Costa se sagrou campeão no Mundial de Boxe. Foi a primeira vez que um lutador brasileiro conseguiu isso, mas o feito teve pouca repercussão na mídia. “Há um espaço determinado para cada esporte, e quem tem mais audiência vai tomando conta”, diz Flávio.

Ele conta que tem incorporado elementos do MMA em suas aulas. Flávio também tem treinado as artes marciais mistas – e pretende competir. “O MMA está crescendo muito, como espetáculo, na grande mídia, e também nas academias: as pessoas têm interesse de praticar, não só de ver”, diz. “É uma mudança cultural no mundo das lutas que está acontecendo”, conclui.

João Flores da Cunha, estudante do 6.º semestre de Jornalismo da Fabco

Brasil ganha espaço e deve atrair mais eventos

Em agosto, foi realizada uma edição do UFC no Rio de Janeiro. A prefeitura da cidade patrocinou o evento, garantindo que fosse chamado de UFC Rio – sem o número que usualmente o caracteriza. A estada de alguns dos principais atletas do MMA atraiu a população carioca, que compareceu até aos treinos na praia de Copacabana. De acordo com os organizadores, a volta do UFC ao Brasil após mais de dez anos foi um sucesso – o que abre espaço para mais lutas no país. O Rio terá uma nova edição em janeiro, e especula-se que São

Paulo, Recife e Brasília também possam receber eventos em 2012.

Quando da assinatura do contrato dos direitos de transmissão com a TV Globo, o presidente do UFC, Dana White, afirmou que “o UFC Rio teve o clima mais sensacional que já vi”. Ele disse ainda que os brasileiros “foram inacreditáveis, e vocês podem apostar que traremos mais eventos ao vivo para o país. Mal posso esperar para voltar”.

O UFC Rio teve três dos mais famosos lutadores brasileiros: Anderson Silva, Maurício Shogun e Rodrigo Minotauro.

Com apoio da torcida, todos venceram suas lutas. O sucesso do MMA no Brasil está ligado, em certa medida, ao dos atletas do país, que se destacam entre os melhores do esporte. Essa relação de pertencimento se dá pela nacionalidade, e não com um lutador específico – dificilmente alguém torce por um deles.

Apesar disso, clubes de futebol têm-se aproximado do MMA, associando sua imagem à dos atletas. O Corinthians assinou contrato com Anderson Silva para divulgar sua marca internacionalmente. Recentemente, o

clube paulista inaugurou uma academia de artes marciais mistas. O Inter não quis ficar para trás e acertou um patrocínio com Minotauro dias antes do UFC Rio.

A aposta foi certa: após um ano e seis meses sem lutar por conta de lesões e cirurgias, ele venceu por nocaute no primeiro *round*. Antes do evento, Minotauro estava ameaçado de aposentadoria; depois dele, se credenciou novamente como um dos principais nomes do esporte. Histórias de superação como essa ou a do

também brasileiro José Aldo, que teve uma infância humilde em Manaus e hoje é campeão mundial, ajudam a criar empatia com o público. “No Brasil, faz parte da cultura vender o esporte dessa maneira, pela superação: ‘aquele cara que saiu do nada’... Em outros países não é assim, se apresenta uma história bem mais linear, até porque passar por cima de certas adversidades faz parte da vida de qualquer atleta. Aqui no Brasil é algo importante, que tem apelo emocional e vende bem”, diz Flávio Mariante.



Ensaio sobre a 8.^a Bienal do Mercosul

Paulo Gomes*

Ensaio de Geopoética é o título da 8.^a Bienal do Mercosul, com curadoria de José Roca. É uma proposta que repete outras assemelhadas, como a *Vertente Cartográfica* (1.^a Bienal do Mercosul), a recente *Como viver juntos* (27.^a Bienal de São Paulo) ou a remota *Documenta 11_Plataform 5*, de 2002, todas desdobramentos do mesmo tema: como partilhar territórios ou como viver num mundo globalizado? Menos que um defeito, é a comprovação da adequação local ao discurso hegemônico da arte contemporânea, tornando a Bienal mais uma engrenagem desse enorme mecanismo que se compraz com girar eternamente em torno de si mesmo. Seus variados segmentos desdobram o tema da curadoria em locais e mostras desiguais: a burocrática e politicamente correta *Cadernos de Viagem*, a complicada *Além Fronteiras*, a ambiciosa *Cidade Não Vista*, a fisicamente inviável *Continentes*, a excepcional *Pinturas Aeropostais*, de Eugenio Dittborn, e, finalmente, aquela que justifica a bienal, *Geopoéticas*, na qual me deterei com mais atenção.

Interrogações teóricas – Duas frases me ocorreram ao visitar a 8.^a Bienal: a primeira é de Rudolf Arnheim, que escreveu “Pode parecer que a arte corre o risco de ser sufocada pelo paráfrase. [...] somos subjugados por um dilúvio de livros, artigos, dissertações, discursos, conferências, guias – todos prontos a nos dizer o que é e o que não é arte, o que foi feito, por quem, quando e por que, e por causa de quem e do quê” (*Arte e Percepção Visual*, 1992, [1954/1974] Introdução). A segunda é a de Susan Sontag, ao final do seu ensaio *Contra a Interpretação*, publicado no remoto ano de 1964: “Nossa tarefa não é descobrir o maior conteúdo possível numa obra de arte, muito menos extrair de uma obra de arte um conteúdo maior do que já possui.

Nossa tarefa é reduzir o conteúdo para que possamos ver a coisa em si. [...] Em vez de uma hermenêutica, precisamos de uma erótica da arte (1987, p. 23)”. Duas questões ficam ecoando: temos uma arte que exige muita leitura, muita audição, muita explicação, em suma, mais conteúdo do que forma, e não temos estímulo visual (conforme Arnheim) ou sensual (conforme Sontag) suficientes na produção atual. Isto é: temos uma enormidade de conteúdos e discursos a interpretar e muito pouca coisa para ver.

Vivemos o academicismo da arte contemporânea? Fato difícil de definir, mas fácil de caracterizar: os recursos materiais e os meios utilizados pelos artistas são escassos, óbvios ou redundantes (textos, vídeos, explicações); as intenções são geralmente obscuras ou inexprimíveis de maneira visualmente adequada, reivindicando mediações variadas; a sensação de repetição e monotonia é avassaladora, pois transitamos, derivamos, circulamos, andamos e muito pouco é realmente estimulante aos sentidos. Um novo academicismo, no qual as regras da obediência aos modelos antigos e aos preceitos foram substituídas por novas regras e novos preceitos, tão impositivos e tão esterilizantes quanto os antigos, propugnados não pelas academias, mas por algo indefinido chamado de sistema, composto por atores e lugares, com uma força de coerção tão intensa quanto a da moda.

Defeito da arte atual ou simples constatação? Efeito de imposições externas, ineficiência da produção, esgotamento da capacidade criadora, falência dos modelos praticados ou

falta de ousadia para romper com o que Peter Gay chama de “mais uma ficção de autoengano do que reportagem realista”? Vivemos uma época que devemos lamentar, como o remoto Leconte de Lisle (em 1861), ao dizer que “somos uma nação pudica e escravizada pela rotina”? Problemas de época, visão negativa do presente, necessidade de idealismo, constatação de uma falta? Continuamos a fazer, consumir, discutir, estudar, escrever e ler sobre arte, sobre seus artistas e seus pensadores, mas estamos bem servidos?

A Exposição – *Geopoéticas*, exibida nos armazéns A4, A5 e A6 do Cais do Porto, é integrada por obras de 59 artistas. Devido ao número elevado de

Temos uma arte que exige muita leitura, muita audição, muita explicação, em suma, mais conteúdo do que forma, e não temos estímulo visual ou sensorial

obras e à avultada dimensão física, é impraticável esperar uma visão do conjunto. O que conseguimos, com algum esforço, é perceber os acertos mais evidentes (trabalhos de excelência), seus equívocos mais dolorosos (obras lamentáveis e/ou inadequadas) e claros problemas de exibição. Não li o material do catálogo sobre o tema, mas me permito algumas observações gerais sobre o projeto museográfico, de vital importância numa mostra que ocupa alguns milhares de metros quadrados.

1. Os numerosos vídeos documentais seriam apreciados adequadamente em uma sala com cadeiras adequadas, ar refrigerado ou ventilação (é insuportável o mau cheiro de alguns boxes, mormente nos dias quentes...). Fica a sugestão: por que não utilizar os veículos de comunicação, como a TVE, por exemplo, ou usar um auditório adequa-

do, promovendo mostras diárias desse material durante o período da Bienal?

2. As instalações exigem salas. *El veneno del baile* (*Venenum saltationes*) está prejudicado por uma disposição inadequada: um painel com frente e verso, opção que nos faz acreditar que são dois trabalhos isolados. *The short and the long of it (version 5)* (2010/2011) é uma obra que exige isolamento para realizar-se. Inadequada é a exibição do vídeo de Cristina Lucas, *La Liberté raisonnée* (2009), no meio do nada, com muita luz, sons invasivos, sem condições para a sua devida apreciação.

Acertos artísticos e curatoriais – A videoinstalação de Edgardo Aragón, intitulada *Tinieblas* (2009), é apresentada com meios e fins plenamente adequados: uma ideia simples corretamente realizada, causando impacto visual positivo (videorretratos) e deixando abertas as possibilidades de recepção e interpretação; tem a virtude e o mérito de usar adequada e corretamente o vídeo, escapando do efeito panaceia universal que encobre a miséria intelectual da maioria dos trabalhos na técnica. Outro trabalho plenamente realizado é o vídeo de Miguel Angel Rios, *Mecha* (2010), no qual percebemos por que os recursos materiais (no caso, os tecnológicos) têm que estar adequadamente empregados: o vídeo aqui é a única maneira de expor a excepcional metáfora de guerra que o autor pretende. Também tecnológica é a competentíssima videoanimação de Jonathan Harker, *Awaman: Manawa Nicarawa* (2010), corrosiva, oportuna e bem-humorada releitura do idealizado *foxtrot Manágua, Nicarágua* (1946). Acertado também é o espantoso e eficaz *tour de force* gráfico do peruano Fernando Bryce em *Revolución* (2004), obra composta de 219 desenhos cuja excelência técnica nos obriga a vê-los em detalhe, lendo cada uma das infundáveis informações que retratam os primeiros anos da Revolução

Cubana através da imprensa. Também são acertadas as ficções/autoficções/documentários, temas em alta nesta 8.^a Bienal e na arte contemporânea, com variadas e boas prestações: desde trabalhos que vão do documental e avançam pela construção ficcional de pseudorealidades, como *Reclaiming de Lost Kingdom of Laird* (2010), de Duke Riley, a intrigante *Bisuteria, 20.96 km (Isla Bermeja)* (1991/2011), de Eduardo Abaroa. Documentos que abrem um estimulante espaço de possibilidades de interpretação. É *El veneno del baile* (*Venenum saltationes*) (2009), de Paco Cao, ficção de altíssimo nível como construção intelectual, elaborada a partir de pesquisa documental que incorpora fatos e dados da cultura local, possibilitando uma narrativa ficcional que desconcerta os mais atentos e bem informados estudiosos da inteligência rio-grandense.

Conclusões e uma indicação preciosa – Conclusões? Não, sigamos em frente, pois ainda há muito que ver na Bienal. Basta procurar, sem se deixar enganar pelas pirotecnias tecnológicas ou pelo ofuscamento das bizarrices, evitando, é claro, as explicações redundantes e meramente justificativas. Um bom exemplo, além dos já citados? Ver a mostra de *Pinturas Aeropostais*, de Eugenio Dittborn, no Santander Cultural. Uma mostra de trabalhos requintados, que são o encontro perfeito de intenções com soluções plásticas adequadas à poética do artista. Meios e fins plenamente adequados: inteligência construtora, discurso engajado sem maneirismos, poética intensa e profundamente pessoal, meios materiais justos e precisos, enfim, um artista no zênite da sua capacidade criadora. Veja antes que termine.

*Artista plástico e professor no DAV do Instituto de Artes

FLÁVIO DUTRA / UJ

A videoinstalação *Tinieblas*, de Edgardo Aragón, reúne as interpretações individuais de uma banda formada por treze músicos, e pode ser vista no armazém 5 do Cais do Porto





FLÁVIO DUTRA/JU

Nutrição dos animais é uma das preocupações da Zootecnia



Apostem suas fichas

Cursos Engenharia Hídrica e Zootecnia são as novidades do vestibular 2012

Caroline da Silva

Com número de inscritos maior do que o concurso anterior, o vestibular 2012 da UFRGS terá 41.009 candidatos concorrendo a uma das 5.290 vagas distribuídas em 89 cursos oferecidos pela Universidade. O edital trouxe duas novas opções para os estudantes que planejam sua vida profissional. A novidade foi a criação dos cursos de Zootecnia e de Engenharia Hídrica.

As provas serão realizadas entre os dias 8 e 11 de janeiro, nos municípios de Porto Alegre, Bento Gonçalves, Imbé e Tramandaí. A lista completa dos cursos com o número de candidatos inscritos e mais informações sobre o processo estão disponíveis no site www.vestibular.ufrgs.br.

Zootecnia – Esta área do conhecimento, no Brasil, começou justamente no Rio Grande do Sul. “Foi na PUC de Uruguaiana, em 1963 ou 1964”, conta a professora Andrea Machado Leal Ribeiro, futura coordenadora do curso. As opções públicas para estudantes gaúchos que existiam anteriormente eram a Universidade Federal de Santa Maria e o Centro de Chapecó da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) criou a graduação em Zootecnia em 2007.

Na UFRGS, a docente atua no Laboratório de Ensino Zootécnico, que funciona na Faculdade de Agronomia – local onde também será realizado o novo curso e

que já abrigava o mestrado e o doutorado do Programa de Pós-graduação em Zootecnia. Além da Agronomia, haverá outros parceiros (como o Instituto de Ciências Básicas da Saúde, o Instituto de Ciência e Tecnologia de Alimentos, a Faculdade de Veterinária e o IPH), pois o currículo do curso engloba disciplinas da Biologia, Matemática, Química, Sociologia, Arquitetura, Engenharia e Economia. São oferecidas 50 vagas, com ingresso no primeiro e no segundo semestres.

O foco são os animais domésticos. O zootecnista não se dedica somente aos de criação, mas também aos de companhia, em questões como a nutrição de cães e gatos, por exemplo. “Para criar um animal, tem-se de cuidar do seu bem-estar, do ambiente, não os deixar estressados”, afirma Andrea.

Segundo a professora, foram desenvolvidos diversos procedimentos, tendo em vista a qualidade do produto animal. “Os animais domésticos há muitos anos vêm sendo selecionados pelo homem, e isso quem faz é o zootecnista. O melhoramento genético animal, por exemplo, é o que explica basicamente o porquê de hoje o frango ter uma carne sem graça e que perde água quando colocada na panela. Não é hormônio. Hoje conseguimos que um frango com 35/40 dias esteja pronto para ser abatido. Logo, ele é um animal extremamente jovem, portanto com muita água. A fisiologia e a anatomia explicam isso. Então, quando na panela, ele some. Além disso, é um animal que praticamente não desenvolve músculo,

não caminhou muito, por isso tem uma carne superfrágil, sem gosto.”

Para que haja a maior rentabilidade possível, são avaliados o tipo da cama, a qualidade da água, o lugar em que vão ser colocados os bebedouros, o manejo das cortinas até a temperatura ideal. “Tem de saber criar esses animais em condições climáticas adequadas. É importante saber de ambiência, de construções rurais, para eles não se estressarem e perderem desempenho em função de um ambiente inóspito. Têm de estar vacinados, em conforto ambiental, com a nutrição dando suporte ao melhoramento genético, e tudo isso perpassa a Zootecnia. Na nutrição, formulamos rações no nível dos aminoácidos. Eu sei quanto de aminoácido lisina o meu frango está comendo – é muito mais sofisticado do que qualquer ser humano come, te garanto! –, além dos minerais, vitaminas e aditivos palatáveis para leitões desmamados, por exemplo... Tudo isso é ciência, tem muita pesquisa por trás, muitas descobertas, fórmulas ideais para as rações”, especifica a professora.

O curso também contemplará animais silvestres que hoje têm o consumo permitido, como a capivara, o jacaré, o javali e a rã. Para esta última, a pesquisadora adverte que ainda não há especialista. Apesar da grande experiência do Departamento de Zootecnia na graduação, que possibilitou criar um currículo mais específico para o novo curso, ainda serão necessários concursos. Também faltarão salas de aula e laboratórios. “Havia a demanda do curso, tínhamos

um aporte de conhecimentos, de pessoal na área de produção animal há muitos anos, em decorrência da atuação tanto na Agronomia como na Veterinária. Tudo isso ampliado pela atuação forte na pós-graduação desde 1965, com bastante pesquisa e formação de recursos humanos. Isso nos deu uma capacidade de trabalho para sermos corajosos, digamos assim, e lançarmos a Zootecnia. Mas terá de haver uma contrapartida por parte da Universidade”, avalia.

A graduação será desenvolvida em dez semestres, sendo o último de estágio curricular. “Já que estamos em um meio urbano, consideramos importante o aluno sair daqui se quiser fazer uma integração – seja ali em Montenegro, em Concórdia ou no Sul do estado, tem de haver uma imersão”, ressalta a futura coordenadora Andrea.

Engenharia Hídrica – O outro lançamento da Universidade é em uma área de vanguarda. Conforme o professor Rogério Dornelles Maestri, membro da comissão de graduação, são basicamente três cursos de Engenharia Hídrica em todo o Brasil: “O pioneiro é o de Itajubá, em Minas Gerais, que já está formando engenheiros hídricos. O mais recente foi oferecido em Pelotas há três anos. É uma profissão regulamentada pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea)”. A outra instituição é a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

A nova graduação está amparada nos departamentos de Hidrologia e

Hidromecânica e de Obras Hidráulicas. Com uma pós-graduação em Recursos Hídricos que data da década de 1960 e um curso técnico no tema da mesma época, fomentado pela Unesco, lançar a Engenharia Hídrica era um sonho de quase 20 anos do Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH). “É a pós-graduação em Engenharia mais antiga aqui do Rio Grande do Sul. Ela começa alguns meses antes da Engenharia Civil. Nosso departamento tem biólogos, matemáticos, químicos, numa formatação que já contemplava a preocupação com a sustentabilidade, questão bem mais antiga do que essa mediatização hoje que se faz do meio ambiente.” Segundo Maestri, a viabilização desse desejo se deu com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o Reuni. “Não conseguíamos lançar esse curso não por falta de interesse, mas por falta de capacidade em termos de número de docentes. Com o Reuni, se juntou a vontade do corpo de professores à vontade do próprio governo federal de expandir as vagas”, avalia o pesquisador.

No entanto, para abarcar os 25 novos estudantes da graduação e as futuras turmas, serão necessários mais laboratórios didáticos. “Também estamos com poucas salas de aula, porque já atendemos às diversas engenharias, à Geologia e à Agronomia.” Concursos para professores também terão de ser abertos.

Justamente pelo IPH já ter essa atuação ampla no ensino, foram criadas somente dez disciplinas para o curso. De acordo com Maestri, o restante já existia. “Como a água é algo dinâmico, não parado, e na Engenharia Civil as coisas são estáticas, nós vamos um pouco além na parte de Cálculo. Também utilizamos uma visão mais ampla, oferecemos uma disciplina de Antropologia, para o aluno ter uma visão holística. Hoje, quando tu vais fazer uma grande obra, tens de ver todos os impactos que ocorrem, não só o impacto físico, mas o social. Isso vai ao encontro do que o próprio MEC recomenda em termos de formação”, afirma.

O professor Maestri explica que o engenheiro hídrico lida com tudo o que for relativo à água: “Desde a água na atmosfera (agora vai entrar um meteorologista que passou no concurso), a água subterrânea (temos um setor com geólogos), a água superficial, o uso, o reuso, a navegação, os portos, a costa de oceanos. Embaixo da terra, na terra e acima da terra, da costa pra dentro, a água fica conosco. Engloba ainda a irrigação e drenagem na parte da agricultura, saneamento, tratamento da água para consumo e dos esgotos... é um curso bem amplo”.

Em função disso, o mercado de trabalho é favorável. “As informações que temos de Itajubá, que está formando, é de que os alunos não têm o mínimo problema de empregabilidade. O mercado está bom, pois é um curso complexo, oferecido só por universidades federais. A USP parece que está querendo lançar. Não é qualquer universidade que consegue montar, precisa de bastante infraestrutura e profissionais de todas as áreas”, avalia positivamente o professor.

Dois pontos

André Schneider, revisor de textos
andre.schneider@consun.ufrgs.br

► O dito cujo

Todos já ouviram falar do dito “cujo”. O vocábulo “cujo” pode ser classificado tanto em substantivo (“Peguei o [dito] cujo e acabei com ele.”) como em pronome relativo (“Essa é a professora cuja inteligência todos admiram.”). Através da análise das duas frases de exemplo, é possível deduzir que na fala do Português Brasileiro o uso do substantivo “cujo” é mais frequente que o pronome relativo (na fala, o pronome relativo é mais usado em discursos formais). Na escrita, em contrapartida, o pronome relativo é

mais comumente empregado.

Há alguns preceitos gramaticais que definem o uso adequado do pronome relativo “cujo”. Vejamos quando e como utilizá-lo.

O pronome “cujo” é usado quando existe uma relação de “posse” entre um substantivo antecedente e um substantivo subsequente (por isso, alguns gramáticos optam por chamá-lo de pronome relativo possessivo): “a senhora cujo filho” - relação “o filho da senhora”. Não se emprega artigo definido entre o pronome “cujo” e o substantivo subsequente (“a senhora cujo o filho” é gramaticalmente incorreto,

portanto).

“Cujo”, enquanto pronome, sempre concorda em gênero e número com o substantivo subsequente: “a senhora cuja filha / cujos filhos / cujas filhas. Além disso, ele deve vir antecedido de preposição sempre que a regência dos termos da segunda oração a exigir. Vejamos os exemplos:

“Esta é a senhora de cujo filho ninguém gosta.” (= gostar de alguém)

“Este é o senhor a cujas filhas fizeram muitos elogios.” (= fazer elogios a alguém)

“Este é o mecânico em cujo

serviço todos confiam.” (= confiar em algo)

► DE TRÁS vs. DETRÁS

A expressão “de trás” corresponde a uma locução adverbial que designa lugar e/ou espaço e cujo significado equivale a “de onde”. Essa locução é sempre usada com verbos que expressam movimento. Vejamos os exemplos:

“A vassoura foi retirada de trás do balcão.” (De onde a vassoura foi retirada?)

“Ele saiu de trás do biombo.” (De onde ele saiu?)

“Os alunos surgiram de trás

do prédio de aulas.” (De onde os alunos surgiram?)

O vocábulo “de trás”, por sua vez, é classificado como um advérbio e seu significado equivale a “lugar onde”. Às vezes, esse advérbio pode ser substituído por “atrás”. Vejamos alguns exemplos de seu uso:

“O aluno se escondeu atrás da porta.” (Onde o aluno se escondeu?)

“A professora quis viajar no banco atrás.” (Onde a professora quis viajar?)

“O ciclista bateu na parte atrás do automóvel.” (Onde o motociclista bateu?)

MEC faz a defesa do Enem

Como parte de sua política para valorização do ensino médio, o Ministério da Educação (MEC) tem defendido abertamente o fim do vestibular. Por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), os estudantes podem buscar vagas em universidades de todo o país, valendo-se do seu desempenho no Enem. O número de adesões ao Sisu não para de crescer. De acordo com o MEC, em 2010, 51 instituições ofertaram cerca de 47 mil vagas. No processo do início deste ano, mais de 1 milhão de candidatos pleitearam uma das 83 mil vagas, em 83 Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). Elas têm, entretanto, autonomia para determinar a forma de seleção. Embora mantenha o vestibular, a UFRGS já considera o Enem como parte da avaliação. Cabe ao candidato escolher se quer ou não utilizar a nota no cálculo do seu escore. O secretário de Educação Superior do MEC, Luiz Cláudio Costa, concedeu entrevista ao JU para falar sobre o assunto.

JU – Como o Ministério da Educação sustenta a defesa do fim do vestibular e a utilização do Enem como mecanismo único de seleção para o ingresso ao ensino superior?

Luiz Cláudio Costa – A seleção por meio do Sisu traz uma série de vantagens, sendo a principal delas a democratização do acesso às vagas públicas ofertadas pelo sistema. Com o vestibular tradicional, havia um limite de ordem econômica, pois apenas os estudantes com melhores condições financeiras conseguiam viajar para diferentes universidades para prestar o vestibular. O Sisu permite uma maior mobilidade estudantil e também fortalece o Enem, um exame que avalia de fato os conhecimentos e as habilidades dos estudantes egressos do ensino médio.

Em quanto tempo o Ministério espera que todas as Ifes tenham o Enem como processo único de seleção?

Se observarmos a evolução da participação das instituições no Sisu, vemos que a cada processo é maior o número de universidades e

institutos federais que optam pela seleção unificada, e isso ocorre porque eles têm percebido as vantagens do processo. A expectativa é de que a cada ano um número maior de instituições confirme a sua adesão, mas não há uma meta fixada para a participação de todas. Essa é uma decisão que cabe a cada universidade, e o MEC respeita essas escolhas.

Por que o MEC acha que o vestibular não é o processo seletivo adequado?

As universidades brasileiras formularam o vestibular com muita competência e seriedade ao longo dos anos, aprimorando o processo a cada edição. No entanto, pelas suas características e objetivos, os vestibulares tradicionais, na maioria das vezes, são muito focados em fórmulas e memorização, o que compromete a qualidade do ensino médio, já que os conteúdos transmitidos aos estudantes nesse nível de ensino estão muito focados na preparação para o ingresso no ensino superior. Na medida em que o Enem passa a ser o principal exame para ingresso no ensino superior, essa lógica é transformada.

As Ifes que adotarem o Enem receberão algum tipo de benefício?

Com o Sisu, as instituições passam a receber um número maior de estudantes de outros estados da federação, e esses alunos, em muitos casos, precisam recorrer aos programas de assistência estudantil. Prevendo esse movimento, o MEC ampliou o orçamento do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que destina recursos para que as universidades desenvolvam ações voltadas à assistência estudantil, como serviços de transporte, alimentação, hospedagem, entre outros. O orçamento do PNAES, que era de R\$ 125 milhões em 2008, quando foi criado, chegará a mais de R\$ 500 milhões no próximo ano. O objetivo é garantir que as instituições tenham condições de assegurar aos estudantes que nelas ingressam por meio do Sisu o acesso às políticas de assistência.



Tatiana Cruz, bixo da UFRGS em 1997, hoje é jornalista na empresa Ideia - Imagem e Conteúdo

FLAVIO DUTRA/ARQUIVO JU -10/03/1997

JU
15
anos

Processo renovado

Vestibular Enquanto a seleção da UFRGS passa por transformações, Enem cresce em todo o país

A segunda reportagem da série dedicada aos 15 anos do JU registra as mudanças no vestibular da Universidade.

Em meio às declarações do ministro da Educação Fernando Haddad pedindo o fim do vestibular, diversas universidades federais optam pelo Exame Nacional do Ensino Médio como concurso único para o ingresso no ensino superior. A UFRGS, entretanto, mantém seu processo seletivo independente. Realizado pela própria Universidade há 28 anos, o vestibular passou por mudanças significativas nos últimos quinze anos, mas as principais transformações são recentes. A internet informatizou as inscrições e agilizou a divulgação dos resultados, além de aumentar os itens que garantem a segurança das provas. A adoção do sistema de Ações Afirmativas há quatro anos reservou 30% das vagas de cada curso a estudantes egressos do ensino público, sendo que a metade desse percentual é destinada aos candidatos autodeclarados negros. A mesma resolução do Conselho Universitário abriu portas para estudantes de comunidades indígenas por meio de seleção alternativa. O Enem também ganhou força e, desde 2010, o candidato pode optar, no momento da inscrição, pela utilização da nota no cálculo do seu escore final.

Informatização – Desde 2003, 100% das inscrições são realizadas via internet.

Para os candidatos sem acesso à rede, a Comissão Permanente de Seleção (Coperse) disponibiliza computadores nas cidades em que as provas são aplicadas. Foi a partir de 1998 que a internet surgiu como alternativa. Durante um período de transição de cinco anos, continuou sendo possível fazer inscrições pelos correios. Com as mudanças, o candidato pode refazer sua inscrição quantas vezes julgar necessário, e somente a última será validada. Uma vez inscrito, ele também recebe a confirmação por e-mail e verifica no site da Universidade seu local de prova. No endereço eletrônico do vestibular também é possível realizar questões interativas dos concursos anteriores.

“Fomos uma das primeiras universidades do país a criar a inscrição via internet, gerando boleto que pode ser pago em qualquer banco do país. Isso traz uma segurança enorme para o processo”, diz o coordenador de informática do vestibular, professor Roberto Macedo. A presidente da Coperse, professora Maria Adélia Pinhal de Carlos, lembra que anteriormente “eram colocadas cadeiras na frente do prédio da ex-Química, os requerimentos eram feitos um por um e formava-se uma fila imensa”.

A aproximação entre o Centro de Processamento de Dados e a Coperse também facilitou a criação de novas medidas de segurança contra fraudes. Os concorrentes têm suas impressões

digitais coletadas em todos os dias de provas. Os classificados realizarão o processo novamente no momento da matrícula, e as duas coletas serão cruzadas, comprovando ser a mesma pessoa que realizou as provas a ingressante na UFRGS. Outro recurso foi o controle eletrônico dos candidatos que desejam ir ao banheiro, medida procura evitar a utilização de equipamentos eletrônicos proibidos pelo edital do concurso.

Já não é mais necessário correr para o Câmpus Centro para conferir o listão na parede do prédio da reitoria. A tradicional divulgação dos selecionados ainda é mantida, mas, apenas alguns minutos depois da publicação do listão, o candidato pode consultar seu desempenho na internet. “Há vinte anos, as rádios paravam para ler uma lista imensa. Quem estava no final, ficava na expectativa”, diz a presidente da Coperse.

Para as próximas edições, Macedo prevê novas mudanças. “Queremos implementar, a partir de 2013, a substituição dos equipamentos de leitura das folhas óticas por scanners. Com isso, vamos deixar à disposição do candidato a imagem da folha para tirar dúvidas em relação à marcação das questões”, afirma.

Vestibular com sotaque – Em 2007, a UFRGS passou a aplicar provas no interior do estado, facilitando a vida das pessoas que moram distantes de Porto Alegre e precisavam se deslocar até a ca-

pital para prestar o exame. Atualmente, o vestibular é aplicado simultaneamente em Bento Gonçalves, Imbé e Tramandaí.

Segundo a presidente da Coperse, os locais de provas devem se manter os mesmos para as próximas edições, o que não impede que novas estratégias e necessidades levem o vestibular a outras cidades.

Realizado a partir do segundo domingo de janeiro, o vestibular já teve cinco dias de duração. Em 2007, as provas passaram a ser realizadas em apenas quatro dias. A ordem de aplicação das matérias também sofreu alterações. Entre outras mudanças, as provas de Física e Matemática, que eram realizadas no mesmo dia, foram separadas. A Redação passou para o segundo dia, e Física, Língua Estrangeira e Literatura de Língua Portuguesa são as primeiras a serem aplicadas.

A redação, uma das provas de grande repercussão entre alunos e professores, também foi reestruturada. “Procuramos trabalhar um tema que leve o candidato a refletir como indivíduo em uma conjuntura de nação. A redação tem que estimular. Nos últimos anos, temos atendido a essas questões. É uma prova em que o candidato pode criar e se posicionar”, ressalta Maria Adélia.

Diversidade contemplada – A adoção do Programa de Ações Afirmativas, a partir do concurso de 2008, foi

resultado de muita discussão dentro da Universidade.

“O vestibular era uma corrida, mas cada candidato partia de um ponto diferente”, assim a estudante de História Priscila Pereira definiu o concurso antes da implantação das ações afirmativas. Ela ingressou na UFRGS através do sistema em 2010. “Eu nem queria fazer o vestibular. Por insistência de uma amiga e de minha mãe, decidi fazer. Tinha a visão de que a UFRGS era lugar para rico e nem queria tentar. Eu já tinha ouvido falar das cotas, mas não sabia como funcionavam”, lembra.

Atualmente, Priscila é bolsista do Território Ações Afirmativas, eixo temático do Conexões de Saberes, programa de apoio à permanência de estudantes de graduação de classes populares. O grupo desenvolve atividades para divulgar o sistema de reserva de cotas e o funcionamento da Assistência Estudantil em escolas públicas de Porto Alegre. “Quando vamos para áreas de periferia, eles não sabem que a UFRGS é pública. Temos de explicar que a Universidade é pública e tem um sistema de cotas. A visão é de que a UFRGS é para rico. Quando falamos em cotas, a questão fica ainda mais polêmica. Eles ainda têm a visão de que as cotas são um favor, não um direito”, conta.

Luiz Eduardo Kochhann, estudante do 6.º semestre de Jornalismo da Fabc

Especial



TEXTO JACIRA CABRAL DA SILVEIRA FOTOS FLÁVIO DUTRA

Não se faz pesquisa pelo menor preço

Legislação Tramita no Congresso Federal projeto de lei que pretende dar maior agilidade ao gerenciamento econômico da pesquisa desenvolvida no Brasil

O rigor da Lei de Licitações n.º 8.666, que tem amarrado a pesquisa desenvolvida no país, é uma das principais preocupações do anteprojeto em debate no Congresso Nacional que pretende aprovar o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. É consenso entre os pesquisadores brasileiros que o critério do preço mais baixo não se aplica à produção científica: “Esse é um anticritério, porque o pesquisador precisa ter acesso ao top de linha, seja em equipamentos, em serviços ou produtos”, frisa o pró-reitor de Pesquisa e professor do departamento de Física da UFRGS, João Edgar Schmidt, acrescentando que “nos pautamos pelo mérito”.

No primeiro semestre deste ano, a Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico (Sedetec) recebeu a incumbência do gabinete do reitor de estudar o texto do anteprojeto do Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, elaborado por um grupo de juristas, representantes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), da Academia Brasileira de Ciências (ABC), do Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (Consecti) e do Conselho Nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa (Confap).

Na avaliação da titular da Sedetec, Raquel Mauler, a produção da Ciência brasileira está a 20 km/h, não por falta

de competência para a elaboração e execução de pesquisas, mas porque aqueles que elaboram as legislações não estão no mesmo nível dos que desenvolvem ciência e tecnologia no país. Especialmente no caso da inovação, a legislação impede o andamento dos projetos porque se demoram até dois anos para se obterem as autorizações necessárias: “Quando você consegue a autorização para fazer qualquer coisa, alguém já fez lá fora (no exterior), e você perdeu o bonde”.

Avanços – Com relação ao anteprojeto que tramita no Congresso e que vem regulamentar os Artigos 218 e 219 da Constituição – que tratam do incentivo ao desenvolvimento científico, à pesquisa e capacitação tecnológicas –, Raquel considera que o Código avança quanto à participação do professor-pesquisador em trabalhos junto a empresas. De acordo com a Lei de Inovação vigente, essa participação implica o licenciamento do professor da universidade em que trabalha.

Agora, conforme o Art. 31 do Código: “O servidor, o militar ou o empregado público da Entidade de Ciência, Tecnologia e Inovação (ECTI) envolvido na execução das atividades citadas no parágrafo 1.º deste artigo poderá receber bolsa de estímulo à inovação diretamente de fundação de apoio ou agência de fomento”. Para Raquel, esse item representa um avanço porque,

“quando o pesquisador faz um projeto com uma empresa, há um nível de responsabilidade muito grande. Ele tem que dar respostas rápidas”.

Outro avanço, segundo a secretária, é a flexibilização para as ECTIs públicas que, conforme o Artigo 32, não precisarão mais de autorização para fazer pesquisa com amostras de componentes do patrimônio genético e de conhecimento tradicional associados para fins exclusivos de pesquisa e desenvolvimento nas áreas biológicas e afins.

Ela lamenta, entretanto, que essa liberação não seja extensiva às empresas, que hoje chegam a esperar dois anos pela liberação do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (Cgen) para realizar suas pesquisas: “Como transferir tecnologia para a empresa se ela está amarrada?”, critica. Nesse aspecto, Raquel avalia que a legislação brasileira é arcaica e muito burocrática, o que não funciona quando se trabalha com inovação.

Recursos humanos – Considerando que o crescimento tecnológico e científico, em termos quantitativos, se dará com o desenvolvimento de patentes e com a geração de royalties, Raquel observa que a proposta do Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação não prevê a contratação de um quadro de pessoal para os Núcleos de Inovação Tecnológica (Nits). Segundo ela, esses

funcionários supririam a atual lacuna existente nas universidades para questões como gerenciamento de patentes e assessoria jurídica específica – que não é realizada pelos procuradores já existentes, principalmente na parte de transferência de tecnologia.

Dentro desse novo quadro funcional, ela destaca a necessidade de profissionais de marketing, a exemplo do que ocorre na Stanford University, nos EUA, que é destaque em inovação. “Se quisermos trabalhar com inovação, precisamos ter pessoas especializadas tanto na redação de patentes quanto na negociação de contratos e na transferência de tecnologia, e também pessoas que saibam dar visibilidade ao que se produz nas incubadoras”, conclui.

Nesse sentido, o pró-reitor de Pesquisa, João Edgar Schmidt, ressalta o atual apagão de recursos humanos que vivem as universidades, especialmente de técnicos de laboratório. Para ele, na medida em que o país pretende trabalhar pela expansão da pesquisa para produzir uma ciência mais competitiva no âmbito internacional, será necessário contratar pessoal altamente qualificado para dar suporte a esse processo. O que implica também um maior número de mestres e doutores nas diversas áreas em destaque atualmente, como as engenharias e as ciências da saúde. “Precisamos mais profissionais trabalhando em pesquisa no Brasil”.

Abaixo, material encaixotado aguarda a finalização de um prédio. No alto à direita, equipamento de ressonância nuclear magnética que ficou sem manutenção no IQ.



O investigador precisa trabalhar com mais flexibilidade porque nem sempre é possível prever os novos caminhos que a pesquisa pode tomar

A lógica da morosidade

Para o diretor do Parque Científico e Tecnológico da UFRGS, professor Flávio Rech Wagner, se a nova legislação continuar utilizando alternativas como o Pregão Eletrônico para a compra de material, equipamentos ou a contratação de serviços, a tendência é de continuar o problema enfrentado atualmente. "Esse processo afugenta empresas sérias, que não aceitam comprometer o serviço a ser prestado quando os valores começam a ficar abaixo do preço aceitável para a realização de um trabalho de qualidade", argumenta. Sem contar que a empresa vencedora pode causar mais problemas do que resolver os já existentes.

De acordo com Wagner, a morosidade no andamento da pesquisa brasileira fica evidente quando as empresas entram no cenário: "O Parque é um espaço para onde vamos levar as empresas que irão trabalhar dentro da lógica empresarial, o que pressupõe agilidade". Ainda que a Universidade não tenha o compromisso de desenvolver produtos em curto prazo para satisfazer os novos parceiros, o diretor considera que, se essa interação com a Universidade for amarrada em função de projetos que não andam e de contratos que levam até um ano para serem assinados, qualquer interação virará uma tragédia.

Outro problema, na avaliação do diretor, é a falta de flexibilidade no uso da verba destinada aos projetos. Quando chega o momento da realização das despesas e da posterior prestação de contas, os gastos devem limitar-se estritamente aos itens previstos no projeto; do contrário, o pesquisador corre o risco de não poder utilizar a verba e, o pior, ter de pagar do próprio bolso o gasto realizado com sua pesquisa. Para Wagner, o investigador precisa trabalhar com mais flexibilidade porque nem sempre é possível prever os novos caminhos que a investigação pode tomar ao longo de seu curso.

"Nos últimos anos, nos tornamos um bando de paranoicos na Universidade", admite o professor, pois não só os pesquisadores respondem pelo inevitável replanejamento dos orçamentos, mas também os diretores de unidades. Ele próprio, como anterior diretor do Instituto de Informática, assinava com os pesquisadores proponentes cada um dos projetos encaminhados à Faurgs: "Se der zebra com qualquer projeto, eu vou responder com meus bens pessoais", explica. Entretanto, ele não localizou no anteprojeto do Código em tramitação qualquer sinalização nesse sentido: "Onde está essa flexibilidade tão importante no uso de recursos e na prestação de contas?", questiona.

Por outro lado, Wagner destaca como positivo o parágrafo 2.º do Art. 41, que determina que "a justificativa técnica será considerada idônea e sua impugnação, inclusive pelos órgãos de controle internos e externos, deverá ser contestada tecnicamente por quem detenha, no mínimo, as mesmas credenciais e títulos acadêmicos daquele que emitiu a justificativa". Na atual legislação, essa análise é feita por funcionários que, geralmente, não têm o conhecimento técnico necessário, acarretando prejuízo para os pesquisadores e para a própria pesquisa.

Há um ano e oito meses, o Instituto de Química aguarda nova licitação para substituir a empresa construtora que faliu antes de concluir o prédio para o desenvolvimento de pesquisa na área de líquidos iônicos em processos petroquímicos. "São percalços burocráticos decorrentes dos cuidados para não infringir a Lei 8.666" [que trata das licitações], contesta o professor Roberto Fernando de Souza, do departamento de Físico-Química e ex-diretor do Instituto. Nos corredores do Instituto não há mais onde armazenar os materiais encaixotados aguardando a conclusão do prédio.

Segundo o superintendente de Infraestrutura da UFRGS, professor Alberto Tamagna, o prédio em questão já foi relicitado e depende de um parecer técnico para a retomada das obras.

De acordo com Souza, as licitações também atrapalham o andamento na hora do conserto dos equipamentos. Durante um ano e meio, mais de mil alunos da graduação e pós-graduação e grande número de professores-pesquisadores do Instituto de Química da UFRGS ficaram sem poder utilizar o equipamento de ressonância nuclear magnética da unidade por problemas de pagamento da manutenção. Nem sempre a assistência técnica que tem o orçamento menor é a mais indicada, garante o professor: "Queremos construir uma universidade de excelência, mas ela precisa ser competitiva em relação aos países de primeiro mundo, o que implica a criação de leis mais dinâmicas".

Para conviver com os entraves impostos pela Lei de Licitações, o Instituto de Química compra reagentes em grande quantidade para ter em estoque. Na opinião dele, quanto mais dinâmica for a pesquisa tanto mais rápida será a aquisição de materiais. "É inviável esperar três meses para recebermos nossas encomendas." De acordo com o ex-diretor, se o setor da segurança nacional já conseguiu essa agilidade, por que no caso da pesquisa seria diferente?



Assessor esclarece novo Código

Breno Bezerra Rosa é assessor jurídico da Secretaria de Ciência e Tecnologia do estado do Amazonas e coordenou o grupo de trabalho que culminou com a elaboração do texto do Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI) em tramitação no Congresso Nacional. Esse documento congrega as propostas que já vinham sendo elaboradas pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), CNPq, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem), Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e pela Associação Brasileira de Ciências (ABC). Essas entidades trabalharam para elaborar um material que atendesse aos interesses de toda a comunidade científica. "Era um anseio muito antigo das instituições que trabalham com ciência e tecnologia no país para fazer andar a ciência no Brasil, que vive dentro de um contexto de burocracia, falta de foco no seu desenvolvimento e alguns parâmetros inadequados", resume Breno, que concedeu entrevista ao JU.

Jornal da Universidade – Um dos objetivos do Código é agilizar as contratações de bens e serviços, mas consta do Artigo 37 que “a seleção mediante orçamentos consistirá na obrigação da apresentação de, no mínimo, três orçamentos”. Não temos aqui a permanência das licitações que hoje emperram o setor?

Breno Bezerra Rosa – A parte de aquisições e contratações se divide em dois pontos: um que trata de bens comuns, outro que diz respeito a equipamentos de alta tecnologia. Para os primeiros (mesas, cadeiras, etc.), a não ser que haja um motivo muito específico para determinar o produto que quero adquirir, a regra geral será uma cotação tripla, o que é, realmente, muito parecido com a licitação, porém mais flexibilizada porque não há limite de valor. Na Lei de Licitações, essa cotação tripla é a modalidade-convite, limitada a R\$ 8 mil. No CCTI, na hora que eu for adquirir esses bens comuns, não terei esse limite e vou poder fazer cotação tripla, vou publicar um edital no site das instituições e no Diário Oficial, e as empresas terão uma data para apresentar suas propostas. Por ocasião da abertura das propostas, serão lidos o resultado e os valores das empresas interessadas. Haverá uma etapa de lances e, uma vez que se

chegue a um valor interessante abaixo do termo de referência, passa-se à fase de habilitação e contratação. Ou seja, será possível comprar meio milhão de reais sem limitação de valor num processo simplificado.

Mas o critério de menor valor continua vigorando?

Nesse caso de bem comum, sim. Quanto às aquisições de equipamentos de alta tecnologia, em que há a necessidade de precisão e durabilidade, às vezes garantia e assistência técnica, ou mesmo a notória qualidade da marca e do modelo, não há sentido uma compra em função do valor. Aqui em Manaus, por exemplo, nós estivemos licitando um biotério, que é um tipo de local para armazenar ratos para pesquisas visando à cura de doenças. Esse local precisava ter determinadas características para manter o ambiente limpo, para não haver contaminação, etc. Havia, então, um construtor de

“O código resgata as fundações de apoio como mecanismo de agilização dos processos administrativos da universidade”

biotérios no Brasil e outro na Alemanha. O nacional custa um milhão e meio de reais, não dura seis meses e quebra. O alemão custa seis milhões de reais, mas dura de 15 a 20 anos, e a garantia dada pela empresa acompanha a vida útil do equipamento. Como é que o pesquisador vai conseguir chegar a um resultado que gere a cura de uma doença, que venha salvar vidas, se ele está trabalhando com o que há de mais barato no mercado?

Quem avalia atualmente as justificativas para os gastos dos projetos são técnicos, mas o Código muda isso, não é mesmo?

Exatamente, esse é um grande diferencial. Hoje, as fundações de amparo (Faps) lançam editais para financiar determinados projetos, e o professor que quer seu projeto financiado executa, apresenta os resultados e um dos compromissos que assume para ter sua pesquisa financiada é operar como um

parecerista *ad hoc*, gratuito. Ele vai ficar vinculado a essa Fap emitindo pareceres sobre projetos de outros pesquisadores que estão agora sendo financiados pela Fap. Dessa forma, a gente consegue manter um equilíbrio mínimo nessa avaliação para que possa haver um resultado imparcial, que venha realmente refletir o significado da pesquisa que foi levada a cabo. O que acontece hoje é que quem trabalha nessas justificativas são técnicos do Tribunal de Contas da União ou do estado que raramente têm terceiro grau. Como esses secundaristas vão avaliar projetos elaborados por pós-doutores?

No Artigo 41, das aquisições diretas, fala-se do valor de R\$ 30 mil, em substituição aos R\$ 8 mil praticados atualmente. Mas esse limite não está fadado a desvalorizar mais adiante?

Certamente. Na verdade, não conseguimos chegar a um índice que satisfizesse a todos, então achamos que esses R\$ 30 mil serviriam para aquelas aquisições sem publicidade, aquelas que não vão para edital, nem são publicadas no site. O que fizemos foi uma ponderação de valores, levando em conta que o processo já estava sendo bastante simplificado para os itens que ultrapassassem os R\$ 30 mil. Por outro lado, devemos levar em consideração que vamos passar por um processo político de aprovação no Congresso e que aumentar demais a liberdade do gestor poderia assustar e gerar mudanças que saíssem do nosso controle.

Um dos objetivos da criação das fundações de apoio foi agilizar o gerenciamento de gastos nas universidades, mas elas vêm perdendo essa característica. Como o Código aborda as atribuições das fundações daqui pra frente?

Em 2002/2003, eu trabalhava numa fundação de apoio, e naquele tempo as coisas eram muito boas para as fundações porque eram tratadas como entidades privadas e raramente faziam licitações públicas. A partir de 2006, o cenário foi se apertando e os tribunais, a própria Finep e os órgãos de financiamento começaram a exigir o cumprimento da Lei 8.666. Então, trouxeram as fundações de apoio privadas para o mesmo barco das instituições públicas, e aí amarrou o processo. O Código flexibiliza pra todo mundo, inclusive para as fundações de apoio e resgata a natureza jurídica desses órgãos como verdadeiro mecanismo de agilização dos processos administrativos da universidade.



Refugiados Somalis se concentram no centro de recepção do campo de refugiados de Dagahaley, em Dadaab, Quênia, em julho de 2011.



MICHAEL GOLDEN/ANS

África faminta

Segurança alimentar Epidemia de fome é a ponta do iceberg dos problemas do nordeste do continente

Atualmente Djibouti, Quênia, Etiópia e Somália somam cerca de 13 milhões de famintos. Juntamente com a Eritreia, esses países compõem o Chifre da África, região geograficamente estratégica e marcada por diversos conflitos geopolíticos. Até o momento, a Somália enfrenta a situação mais problemática.

Em julho, a ONU declarou epidemia de fome em duas regiões do sul do país, Bakool do Sul e Baixa Shabelle. Com o passar dos dias, mais cidades foram afetadas, inclusive a capital Mogadíscio. Estima-se que metade da população somali – cerca de 3,5 milhões de pessoas – sofra com a escassez de alimentos. Caso os esforços humanitários não sejam suficientes, a previsão das organizações que atuam no país é de que a situação piore ao longo dos próximos meses.

Segundo critérios estabelecidos pela ONU, uma região está em emergência alimentar quando, pelo menos, 20% das famílias sofrem de extrema falta de comida, em média 30% das crianças são diagnosticadas com desnutrição aguda e, de cada 10 mil habitantes, quatro crianças e dois adultos morrem devido à fome diariamente. Na maioria dos países do Chifre da África, a realidade ultrapassa esses parâmetros facilmente. Mas que motivos levaram essas nações a consequências tão trágicas?

Clima e agricultura – Uma das razões apontadas é ambiental: o nordeste africano sofre a pior seca dos últimos 60 anos. O fenômeno climático fez com que lavouras economicamente importantes tivessem sua produção seriamente prejudicada, o que aumentou o preço dos alimentos. De acordo com a ONU, algumas commodities subiram até 270% na Somália e, no sul do país,

o custo da cesta básica aumentou 50%.

Helder Mutéia, representante do Brasil da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Comércio, explica que essa “especulação financeira no mercado de commodities agrícolas dificulta muito o trabalho dos agricultores, que são apanhados de surpresa pelas oscilações bruscas de preços”. Ele ressalta que a maioria das famílias na África depende da agricultura para viver. Nesse contexto, segundo Mutéia, a solução do problema na região passaria, a curto prazo, por uma reabilitação do sistema agrícola e produtivo, através de investimentos que permitam ao pequeno agricultor retomar a produção.

O professor do Departamento de História da UFRGS Luiz Dario Teixeira Ribeiro argumenta que as explicações para a fome não estão apenas na natureza, uma vez que as secas nessa região são endêmicas, acontecendo, em média, a cada três ou quatro anos. Um dos motivos está relacionado à política colonialista desenvolvida no continente africano durante o século XIX.

De acordo com Dario, os países colonizadores aplicaram “arrogantemente” técnicas ocidentais numa região que desconheciam, destruindo uma estrutura milenar construída para minimizar os efeitos da seca. “Tu tinhas o problema da fome, da redução de alimentos, mas não era o caos, com o risco de morte de milhões de pessoas, como é hoje”, explica. Antes da colonização, a agricultura nos países africanos era adaptada aos microclimas de cada lugar, e os instrumentos utilizados, como o enxadão, evitavam que o solo ficasse danificado.

Ao que tudo indica, práticas intervencionistas e predatórias continuam sendo utilizadas no continente. Artigo

publicado em setembro no *Le Monde Diplomatique Brasil* diz que a fome na África está relacionada ao arrendamento e à compra de terras por empresas transnacionais das mais variadas origens. Dario comenta que, além de aplicarem indiscriminadamente técnicas que prejudicam o agroecossistema, esses investidores produzem para o mercado mundial, ignorando as necessidades alimentares locais. Os governos, desesperados por recursos imediatos, acabam cedendo parte do território por períodos que vão de 50 a 99 anos.

Política do caos – Na Somália, a instabilidade política soma-se aos fatores acima enumerados e agrava ainda mais a crise de fome. Desde 1991, quando o ditador Mohamed Siad Barre foi deposto, o país não possui um governo central. Atualmente, a gerência da nação é dividida entre um Governo de Transição – apoiado pelos países ocidentais e guardado pelas tropas da União Africana – e por diversos clãs, os chamados “senhores da guerra”.

Para Dario, esse governo é uma fantasia política e só consegue administrar as partes que estão sob seu controle ou onde existam tropas de paz.

Em entrevista publicada na revista *Pueblos*, Mohamed Hassan, ex-diplomata da Etiópia e especialista em geopolítica e mundo árabe, explica que a Somália está sem estado há 20 anos, como resultado de uma estratégia dos Estados Unidos. Após o colapso da União Soviética, em 1991, surgiu a chance de os EUA emergirem como a única superpotência mundial. Para isso, era importante que o país assumisse uma posição hegemônica na África, rica em matérias-primas. O primeiro

passo foi dado em 1992, quando os Estados Unidos realizaram na Somália a operação *Restore Hope* (Restaurar a Esperança). Hassan lembra que “foi a primeira vez que se fez uma invasão militar em nome de uma intervenção humanitária. As razões, entretanto, eram estratégicas”. A ação norte-americana, no entanto, resultou em fracasso.

Conforme o professor Dario, depois dessa intervenção, os EUA passaram a atuar no país como apoiadores de ações encobertas dos serviços de inteligência. Para Hassan, dois motivos justificam o fato de os norte-americanos não desejarem uma Somália unida e forte. O primeiro, é a necessidade de as “potências ocidentais controlarem o desenvolvimento dos países emergentes, principalmente da China e da Índia”.

O segundo motivo está ligado à situação geográfica da Somália, maior país da costa africana, banhado a leste pelas águas do Oceano Índico. Hassan ressalta que “metade da frota mundial de navios porta-contêineres e 70% do tráfego total de produtos derivados de petróleo passam pelo Oceano Índico”. Caso os conflitos internos do país fossem resolvidos, as relações com o mercado asiático poderiam se desenvolver facilmente através do Índico.

Dario comenta que, em 2006, houve uma tentativa de unificar o país. Com o nome de União das Cortes Islâmicas (UCI), comerciantes e autoridades religiosas muçulmanas iniciaram uma progressiva reorganização da sociedade, combatendo os senhores da guerra. “Aí ocorreu uma intervenção internacional: a Etiópia, com apoio e sustentação logística dos Estados Unidos, invadiu a Somália”, resume o professor. O exército etíope foi derrotado, mas a UCI se

dissolveu em vários movimentos.

Esse evento, ressalta Dario, possibilitou que grupos radicais islâmicos, como o Al Shabaab – acusado de impedir que a ajuda humanitária chegasse a algumas regiões assoladas pela fome –, conseguissem autonomia, assumindo uma posição de liderança na região.

O Al Shabaab, por ser ligado ao fundamentalismo, valoriza muito as instituições da comunidade, como as mesquitas – a maioria da população somali é muçulmana. Segundo Dario, a solução para barrar a resistência da milícia é fazer com que a ajuda humanitária seja realizada por meio das fundações de assistência desses locais. “Assim, o trabalho teria legitimidade para a população e neutralizaria o Al Shabaab. No momento em que se entra na mesquita, passa a ser uma cooperação humanitária legítima”, conclui.

Há solução? – Na opinião de Dario, a escassez de alimentos na África não se resolverá tão cedo. A fome, segundo ele, serve de argumento para a intervenção militar e a exploração da região. Essa situação debilitada contribui para a desunião de um continente que, para o professor, vinha renascendo e se reorganizando progressivamente desde a década de 90. “A crise de fome é altamente reconfortante quando temos hoje 45 milhões de norte-americanos na linha da pobreza. É muito desmobilizador tu veres na televisão que, embora tu estejas na miséria, te alimentando de pão do governo, há outra região no mundo em que as pessoas estão morrendo de fome. Funciona ideologicamente”, reflete.

Daiane de David, estudante do 6.º semestre de jornalismo da Fabico

Campos de refugiados dependem da ajuda mundial

A Somália, conforme dados da ONU, tem aproximadamente 1,9 milhão de deslocados internos e refugiados. Devido às péssimas condições de vida, milhares de pessoas migram todos os dias para acampamentos montados dentro do próprio território ou para abrigos localizados em outros países. O maior campo de refugiados do

mundo é Dadaad, no nordeste do Quênia. Construído em 1991 pela ONU, o complexo foi criado para servir de abrigo temporário a somalis que fugiam das guerras civis em seu país. O local, composto pelos campos de Ifo, Dagahaley e Hagadera, continua existindo. Estima-se que, desde junho, cerca de

100 mil refugiados somalis chegaram ao campo em busca de auxílio. Atualmente, o complexo está superlotado, com cerca de 440 mil pessoas vivendo na estrutura – quase cinco vezes mais do que a sua capacidade suportaria.

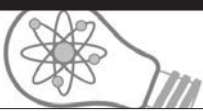
Dadaad traz uma série de problemáticas ao Quênia. 98% da população do campo é composta por

diferentes clãs somalis. Para Dario, “isso torna o Quênia vulnerável a uma expansão da guerra civil da Somália”.

Também há o fato de o governo queniano ser o responsável pela segurança de Dadaad. O aumento dos gastos nessa área, segundo o professor, resulta no “desatendimento das necessidades básicas da sociedade

receptora e/ou na brutalização dos mecanismos de segurança, a fim de evitar a expansão do problema”.

Mesmo que a Somália se tornasse um país mais seguro, a realocação de refugiados encontra obstáculos. Como o complexo já existe há 20 anos, “não é uma população para a qual o retorno seja fácil”, diz Dario.



Ciência com responsabilidade

Lygia da Veiga Pereira *Geneticista brasileira expõe esperanças e limites dos tratamentos com células-tronco*

Lygia da Veiga Pereira, considerada uma das mais renomadas geneticistas do mundo, é professora associada e chefe do Laboratório Nacional de Células-Tronco Embrionárias (LaNCE) da Universidade de São Paulo. Em 2001, fez parte do grupo de cientistas que criou o primeiro camundongo transgênico do país, utilizado em estudos para tratamento de doenças genéticas. A equipe coordenada pela pesquisadora também foi pioneira ao extrair e multiplicar células-tronco de embriões congelados. A primeira linhagem de células, batizadas de Br1, colocou o Brasil no seleto grupo de países que dominam esse processo e deu autonomia para o desenvolvimento de pesquisas na área.

Autora dos livros *Sequenciaram o genoma humano, e agora?* e *Clonagem: fatos e mitos*, ela foi nomeada uma das personalidades brasileiras mais influentes do mundo pela revista IstoÉ nos anos de 2007, 2008 e 2010. Em 2008, também recebeu os prêmios *Os 100 brasileiros mais influentes*, da revista Época, e o *Faz a diferença*, pelo jornal

O Globo, na categoria Ciência/História.

Em agosto, Lygia esteve em Porto Alegre para participar do ciclo de conferências Fronteiras do Pensamento. Conhecida por sua desenvoltura ao transmitir conceitos complexos para o público leigo, ela ofereceu uma aula de ciência no Salão de Atos da UFRGS.

Promessas e realidade – As células-tronco, explica Lygia, são células “curingas”, pois podem dar origem a outros tecidos do corpo humano – músculos, fígado, pâncreas, sangue. Dessa forma, podem ser eficientes no tratamento de diversas doenças, regenerando órgãos debilitados. Existem dois tipos básicos: as adultas e as embrionárias. As primeiras são utilizadas há 60 anos nos transplantes de medula óssea para o tratamento de doenças do sangue.

Já as células-tronco embrionárias são retiradas, como o nome sugere, de embriões com três dias de desenvolvimento e têm a capacidade especial de se transformarem em qualquer tecido

do indivíduo adulto. Nos testes realizados em animais nos últimos 30 anos, essas células promoveram melhoras no tratamento de leucemia e Parkinson e, inclusive, em casos de paralisia motivada por lesão na medula espinhal.

Entretanto, as pesquisas com células-tronco embrionárias em seres humanos estão apenas começando. Em 2011, duas empresas norte-americanas iniciaram os testes: a *Geron* trabalha com pacientes com lesão da medula, e a *Advanced Cell Technology* está fazendo testes em tecidos ópticos. Lygia comparou o estágio das pesquisas com células-tronco ao caso dos transplantes cardíacos no ano de 1967, quando foi realizada a primeira operação desse tipo. O alerta da pesquisadora é de que estamos em estágio inicial e é preciso ter prudência com os resultados obtidos até agora. “O limite entre a ousadia e a irresponsabilidade é tênue. Precisamos de responsabilidade para cumprir as promessas da ciência. É necessário aceitar nossa capacidade de errar e voltar atrás até obter segurança”, afirmou.

Questão polêmica

Há seis anos, Lygia participou da discussão no Supremo Tribunal Federal (STF) que resultou na criação da Lei de Biossegurança em maio de 2005. Setores religiosos posicionaram-se contra as pesquisas com células-tronco embrionárias por acreditarem que a vida inicia no momento da fecundação do óvulo – e considerando, então, a utilização dos embriões um crime. Durante sua conferência no Salão de Atos da UFRGS, a pesquisadora

reafirmou a posição que havia defendido na época e ajudou a redirecionar as discussões. “O zigoto já é uma forma de vida humana, assim como um feto, um recém-nascido ou um idoso. A questão não é quando começa a vida, mas em que condições o embrião, antes da sua implantação no útero materno, é uma forma de vida legalmente violável.” Um ser humano com morte cerebral é uma forma de vida humana violável, pois, nessa

condição, é permitido legalmente dispor dos órgãos da pessoa, por exemplo. No Brasil, o embrião é uma forma de vida inviolável porque o aborto é proibido. Entretanto, em casos de estupro ou que apresentem riscos à saúde da mãe, a prática é permitida, e o embrião passa a ser uma forma de vida violável. A Lei de Biossegurança aceitou a utilização de embriões que sobraram de processos de fertilização *in vitro* e que estejam congelados há mais de três anos.

Burocracia em excesso gera limitação à pesquisa

Em entrevista concedida ao Jornal da Universidade antes de sua conferência, a cientista opinou sobre a polêmica em torno de transgênicos e clonagem, cobrou mais vontade política e menos burocracia para desenvolver a pesquisa científica no país e pediu mais espaço para os pesquisadores exercerem seu papel como comunicadores da ciência.

JORNAL DA UNIVERSIDADE – Quais os empecilhos para trabalhar com pesquisa científica no Brasil?

Lygia da Veiga Pereira – Temos muita burocracia envolvida na aquisição de reagentes importados, por exemplo. A maior parte dos produtos que usamos para trabalhar vem de fora e demora a chegar. Nos Estados Unidos, se você pede um reagente novo, que não estava previsto para ser utilizado na pesquisa, ele chega no dia seguinte. No Brasil, demora dois meses para chegar à sua bancada. É complicado porque perdemos muita agilidade na pesquisa. Também falta apoio administrativo na universidade. Os pesquisadores prestam contas, assinam cheques, realizam compras, em lugar de estarem pensando em ciência. Tudo isso tira a nossa agilidade.

Em que estágio está a produção científica nacional?

Acho que estamos no estágio que nos deixam estar. O governo vem, nos últimos 10 anos, investindo mais consistentemente em ciência. Mas ainda temos necessidade de mudanças políticas e de legislação para facilitar a nossa vida. Estamos em uma época boa, mas deve haver mais vontade política e maior valorização da atividade de pesquisa e ensino. Isso deve se traduzir em melhores condições para os pesquisadores e os professores para atrair bons profissionais. O governo atual tem uma boa oportunidade nas mãos. Com pouco dinheiro e mais vontade política é possível fazer uma diferença enorme nas condições de pesquisa no Brasil.

Em relação às células-tronco, o que é realidade e o que ainda é promessa?

O que está sendo tratado hoje é transplante de medula óssea para doenças do sangue. Todo o resto ainda é promessa: célula-tronco para doença cardíaca, diabetes, lesão de medula, Parkinson, etc. São promessas nas quais a comunidade científica acredita e está investindo. Algumas pesquisas ainda estão na fase dos experimentos em camundongos; outras já estão testando em seres humanos. Mas tudo ainda em fase de pesquisa.

Quais os cuidados da aplicação de células embrionárias em seres humanos?

Se, por um lado, puder transformar-se em qualquer coisa, é uma vantagem; por outro, você corre o risco de, em vez de virar um neurônio, por exemplo, ela virar um tumor no cérebro do paciente. As pesquisas com células embrionárias são mais complexas, pois envolvem primeiro domá-las em laboratório, fazer com que elas realizem o que o pesquisador quer e, então, a partir dessa população já diferenciada, fazer o transplante. Também é preciso assegurar que, no meio daquelas células, não sobrou nenhuma com capacidade de formar tumores.

Qual a importância da criação da primeira linhagem brasileira de células-tronco embrionárias?

A grande importância foi dar autonomia ao país nessas pesquisas. Se quisermos fazer terapias com células embrionárias, é preciso controlar todos os processos, desde tirar a célula do embrião, conseguir multiplicá-la em laboratório, transformá-la no tecido desejado e transplantá-la. Até então, tínhamos de receber essas células de fora, e elas sempre vêm com uma série de limitações de uso comercial.

Questões éticas e religiosas ainda são empecilhos a esse tipo de pesquisa?

No Brasil, não são. Resolvemos isso com a Lei de Biossegurança, que acredito ser uma regra bem razoável e equilibrada. Nos EUA, o governo Bush proibiu o uso de verbas do governo para esse tipo de pesquisa. Entretanto, o Obama conseguiu acabar com essas proibições. A vantagem é que nos EUA tem muita iniciativa privada investindo em pesquisa, ao contrário do Brasil.

Falar sobre clonagem e transgênicos sempre gera muita polêmica. Qual a sua visão sobre esses temas?

Há consenso no mundo inteiro de que a clonagem humana não deve ser feita. Do ponto de vista científico, sem falar dos aspectos legais, sociais e psicológicos, é uma técnica muito ineficiente. Para cada clone normal, são gerados centenas de clones defeituosos. Do ponto de vista animal, não vejo nenhum problema, mas é necessário estar atento à questão da diversidade genética. Em relação aos transgênicos, a ideia é fazer alimentos que tenham maior produtividade ou que sejam mais nutritivos. O problema é que se trata de um organismo novo. Você está introduzindo um gene que pode se comportar de uma forma diferente da esperada, tendo impacto no meio ambiente ou na saúde humana.

Você acha que falta aproximação dos cientistas com o público leigo, tornando acessível o que se produz em pesquisa?

Não creio que isso tem que ser função de qualquer pesquisador. Alguns gostam e têm jeito para isso, outros não. É importante que essas pessoas que conseguem comunicar ciência sejam identificadas e tenham espaço. É necessário comunicar ciência para o público leigo porque as inovações científicas vão chegar até a sociedade e ela vai ter que entendê-las muito bem para decidir se vai querer usá-las, como vai querer usá-las, que arcabouços legais serão utilizados para usufruir das vantagens e como proteger-se do mau uso desses conhecimentos. Em todas as áreas seria muito bom se tivéssemos gente traduzindo e comunicando isso para os leigos. É uma forma de inclusão da população nos debates, na construção da sociedade que queremos ter.

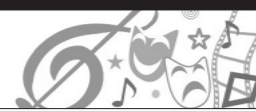
Que alerta é possível fazer sobre o “turismo de células-tronco”, quando pacientes procuraram tratamento em clínicas que oferecem terapias milagrosas?

É um absurdo. Essas clínicas se valem de toda mídia que as células-tronco têm. É uma combinação terrível de uma população desesperada e clínicas prometendo e vendendo curas sem comprovação nenhuma. Eu acho que essas famílias deviam se perguntar o seguinte: “Se o sujeito encontrou a cura para o Parkinson, porque, em vez de publicar isso e ganhar o Nobel, ele escolhe ficar em uma clínica obscura, vendendo tratamento para as pessoas?”. Entretanto, eu não estou na posição dessas pessoas, pois não tenho nenhuma dessas doenças nem tenho familiar algum nessas condições. Eu não sei o que faria, não sei se resistiria ver um familiar definir sem fazer nada.

E como é ser, em alguns momentos, a portadora das más-notícias?

Meu pai precisou fazer um transplante de fígado e quase morreu na fila de espera. Então, ele foi fazer uma operação espírita. Eu achei uma besteira, mas não era eu quem estava passando mal. É muito fácil falar de fora. Meu papel como cientista é dizer o que é sério e o que não é. Eu entendo que a ciência não caminha na velocidade que as pessoas precisam, mas, infelizmente, é assim que ela caminha.

Luiz Eduardo Kochhann, estudante do 6.º semestre de Jornalismo da Fabco



Na Gráfica da UFRGS, técnico acompanha uma etapa da impressão de um livro

Do original à prateleira

Arte livreira
O trabalho da Editora da UFRGS, do recebimento da proposta até a comercialização da obra

Ânia Chala

“Aqui gestamos livros assim como se gesta um bebê.” Assim a professora Sara Viola Rodrigues define o processo que envolve a produção de uma obra pela Editora da UFRGS. Docente do Instituto de Letras da Universidade e desde dezembro de 2008 à frente da Editora, Sara não economiza elogios à sua equipe de trabalho. Para a diretora, o grupo composto por 10 funcionários realiza um trabalho hercúleo ao editar uma média de 45 títulos anualmente. Situada no Câmpus Saúde, no prédio que também abriga a Gráfica, o RU e a Farmácia Popular, a Editora é um espaço de acolhimento do saber produzido na Universidade.

Na Feira do Livro de Porto Alegre, onde a Editora ocupa a barraca de número 5 – localizada quase em frente ao Clube do Comércio –, Sara destaca que os leitores irão encontrar não só lançamentos, mas também reedições e reimpressões de obras abrangendo todas as áreas do conhecimento. Este ano, a Editora da UFRGS leva para a barraca de autógrafos oito lançamentos (confira a relação no quadro ao lado), mas o número de obras que estreiam na praça é ainda maior. “Isso porque muitos autores preferem fazer o lançamento de seus livros em outros espaços, nos quais acreditam ter mais visibilidade. No entanto, todos querem estar na Feira, pois sabem que ali há um grande público leitor”, completa a diretora.

Além do desconto de 20% sobre o preço dos lançamentos, estão sendo oferecidos títulos com até 50% de desconto. O balaio é uma atração à parte: entre as ofertas, os leitores encontrarão exemplares sendo vendidos a R\$ 2 e três exemplares a R\$ 5.

Balaio valorizado – Na opinião da professora, quando os autores virem o seu livro no balaio, devem tomar isso como uma homenagem. “É uma oportunidade de fazer esse material circular e não ficar se deteriorando. Quando vejo aqueles dedos ágeis no balaio procurando títulos fico muito satisfeita. Um de nossos grandes clientes são os sebos do interior do estado. Eles vêm com malas imensas, pois há lugares no Rio Grande do Sul em que praticamente não há livros. Então penso que com o balaio fazemos também um trabalho social.”

Sara reitera que balaio não significa título ruim ou encalhado. “Existe um gargalo na distribuição dos livros, e esse não é um problema exclusivo da UFRGS. Isso ocorre de maneira geral”, afirma, acrescentando que ofertar livros a um preço muito atrativo é também uma forma de educar e seduzir para a leitura. “O balaio tem-se mostrado uma estratégia muito eficaz, pois as pessoas ficam encantadas com livros a esse preço. E compram e fazem propaganda para os amigos”, observa. Ela considera as ofertas necessárias porque o poder aquisitivo dos leitores é limitado. Por outro lado, pondera que o problema nem sempre é falta de dinheiro, mas a falta de uma cultura da leitura: “Primeiro se compra o vestido bonito, depois o sapato, depois o óculos para o verão, e o que sobrar vai para a saúde e para a leitura.”

Processo – O primeiro passo para ter um livro publicado pela Editora é o encaminhamento de uma proposta de publicação. Para tanto, o autor ou organizador de uma obra deve acessar o site da Editora na página da Universidade (<http://www.ufrgs.br/editora/>), verificando os critérios que balizam a oferta de publicações. “Quando recebemos uma proposta, ela é imediatamente inserida na agenda de reuniões do Conselho Editorial. O Conselho examina e, se entender que a obra é relevante para uma publicação acadêmica, ele a encaminha para um parecerista da área. Esse parecerista analisa o texto e nos devolve o material com uma ficha de avaliação. A avaliação é apreciada pelo Conselho que pode homologá-la ou não. Caso exista dúvida quanto à avaliação, os originais são enviados a outro parecerista. Até que haja um consenso avaliativo”, esclarece Sara.

Depois de aprovada a publicação, tem início a etapa da produção do livro. Os originais são, então, encaminhados ao setor de editoração e revisão da Editora. “Esses originais já vêm bastante adiantados, no sentido de que já têm uma estrutura de livro conforme as normas da ABNT. Isso porque os autores recebem uma orientação prévia nossa sobre como estruturá-los.”

A Editora conta com dois técnicos em editoração eletrônica, que colocam o texto recebido em Word no software adequado para que esse livro seja publicado em impressão gráfica. Nessa fase, se estabelece uma relação muito estreita entre três profissionais: o editor do livro, que faz a parte de diagramação, e a editoração eletrônica;

“Existe um gargalo na distribuição dos livros, e esse não é um problema exclusivo da universidade”

o capista, que cria a capa da publicação; e o revisor. Sara frisa que, apesar dos grandes avanços na parte técnica, não é possível fazer a revisão de um livro em uma semana e, às vezes, sequer em um mês. “O revisor revisa tudo, desde se a diagramação ficou adequada, se não há uma imagem fora da área prevista, até a revisão ortográfica, que hoje em dia é a mais simples. Mas a parte mais importante é a revisão semântica, a revisão de sentido. Ele tem de ser um leitor muito atento, porque precisa perceber se há incongruências, ambiguidades, repetições exageradas, etc. É um trabalho que exige diálogo constante com o autor. Por isso, esses profissionais precisam ter uma multiplicidade de talentos. Não basta o domínio da técnica, eles precisam ter um grau de inteligência emocional bastante elevado para perceber a intenção do autor e entrar em sintonia com ele”, conta a diretora.

Concluída esta etapa, o autor assina um documento no qual declara estar de acordo que o livro vá para a impressão nas condições em que ele é apresenta-

do, e a Editora toma as providências para que a obra vá para uma gráfica. A definição sobre que gráfica irá imprimir o livro depende da origem dos recursos.

Enquanto está sendo feito o trabalho de editoração e revisão, o restante da equipe da Editora envolve-se em processos licitatórios e administrativos para definir onde o material será impresso. “Lidamos com a impressão de obras que têm recursos da Capes ou do CNPq e, por isso, precisamos nos adequar às exigências desses órgãos. Evidentemente, esse é um trabalho que é registrado em um contrato entre a Editora da UFRGS e o autor, para a garantia dos direitos autorais”, observa.

Vitrine – Sara diz que os livros da UFRGS atravessam fronteiras e por isso considera a Editora uma das vitrines da Universidade. “Nosso trabalho interliga três instâncias: a acadêmica, que é a atividade da avaliação dos originais e dos pareceres sobre a proposta de livro; a industrial, que envolve todo o processo de feitura do livro, desde a editoração e a revisão e também a parte artística; e a divulgação e distribuição desse material.” Segundo ela, a parte de comercialização ainda está aquém do potencial da Editora. Nesse momento, a Administração Central da Universidade está empenhada para que a comercialização dos títulos da Editora seja retomada pelas livrarias instaladas dentro dos câmpus da UFRGS – livrarias essas que hoje se encontram desativadas.

Afora a produção do livro propriamente dita, há toda uma parte de circulação e de atendimento ao público que exige um trabalho diário. “A tiragem média de um livro é bastante variável, dependendo da área. Antigamente, fazíamos uma tiragem de três mil exemplares porque era muito mais econômica, por conta do custo do fotolito. Era quase um crime pensar em lançar um novo título com menos de três mil exemplares. Hoje, até por uma questão de sustentabilidade, fazemos tiragens de cerca de 500 exemplares. Quando se trata de um título novo, raramente ultrapassamos essa marca. No caso de uma reedição, fazemos um cálculo que leva em conta as vendas do último ano. Fazemos uma impressão por demanda: vendeu, reimprimiu”, explica a diretora.

Para o autor que quiser lançar um livro no próximo ano, Sara recomenda que acesse o site a Editora da UFRGS assim que terminar de ler esta entrevista para verificar se sua proposta obedece aos critérios ali estabelecidos. “É um processo lento, mas de qualidade garantida”, conclui a professora.

Livros autografados



► **Ecos do Planeta – Estudos sobre Informação e Jornalismo Ambiental**

Ilza Maria Tourinho Girardi, Eloise Loose e Clarissa Cerveira de Baumont (orgs.)
Editora da UFRGS,
160 páginas



► **Viajantes Medievais da Rota da Seda [Séculos V-XV]**

José Rivair Macedo (org.)
Editora da UFRGS,
264 páginas



► **Marcas, Passagens e Condensações – Investigações de um Processo em Gravura Contemporânea**

Lurdi Blauth
Editora da UFRGS,
136 páginas



► **Leituras do Político**

Ana Zandwais e Lucília Maria Sousa Romão (orgs.)
Editora da UFRGS,
248 páginas



► **Violência e Cidadania – Práticas Sociológicas e Compromissos Sociais**

José Vicente Tavares dos Santos, Alex Niche Teixeira e Maurício Russo (orgs.)
Coleção “Cenários do Conhecimento”
Coedição Editora da UFRGS e Editora Sulina, 533 páginas



► **Emergências Decorrentes do Trauma em Pequenos Animais**

Eduardo Santiago Ventura de Aguiar
Editora da UFRGS,
272 páginas



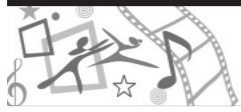
► **Os Atores do Desenvolvimento Rural - Perspectivas Teóricas e Práticas Sociais**

Sergio Schneider e Marcio Gazolla (orgs.)
Editora da UFRGS,
328 páginas



► **A Collage como Trajetória Amorosa**

Fernando Freitas Fuão
Editora da UFRGS,
128 páginas



O mais importante é o ouvido

FLÁVIO DUTRA/JU

O professor Adolfo Almeida e o músico Diego Dias em plena improvisação



Música Projeto de extensão do IA abre novo espaço para o desenvolvimento da improvisação

Caroline da Silva

A busca de um diálogo musical que refute padrões preestabelecidos. Essa pode ser a síntese do que objetiva o novo projeto de extensão do Instituto de Artes, o recém-inaugurado Núcleo de Música Improvisada da UFRGS. Conforme seu coordenador, o professor Adolfo Almeida, essa música livre pode abarcar maiores possibilidades, superando o estigma do entretenimento e produzindo uma sonoridade que exer-

cite a mente. “É isso o que tentamos: não repetir modelos.”

Criação – Adolfo Almeida ingressou na Universidade como docente de fagote e música de câmara há pouco mais de um ano. Apesar da trajetória recente, já propôs duas disciplinas novas e o referido projeto de extensão. “A UFRGS está começando agora um curso de Música Popular, e nele vai ter a cadeira de Improvisação Livre, dentro da sequência de improvisação que já existe, mais tradicional, vamos dizer assim, em cima dos acordes normais. Atualmente, são dois semestres. No segundo, é uma harmonia mais expandida, mais rebuscada, de jazz ou bossa nova, para o pessoal praticar um pouco de improvisação com essa linguagem. Então, eu propus que se fizesse o terceiro semestre de Improvisação Livre, que vai constar do currículo do novo curso.” Além dessa, ele sugeriu que se oferecesse uma matéria específica de trilha para teatro, área em que possui bastante experiência. Já existia a discipli-

na abrangente de trilhas musicais, mas a nova também poderá ser cursada por estudantes de Teatro e Dança.

Ainda assim, o fagotista da Ospa atentou para o fato de que as novas disciplinas estariam restritas aos alunos da graduação, e ele gostaria de abrir para um público mais amplo. “O Núcleo pretende englobar os não músicos que tenham interesse em exercitar a música como uma arte de expressão livre.” Segundo Adolfo, o único requisito é saber ouvir, e a atividade está sempre aberta, inclusive para os curiosos que desejam só assistir. Não precisa conhecer música? “Não, pode fazer com a voz ou com instrumentos de percussão elementares, até com o que levar de casa... aqui, com essa mesa e essa cadeira, por exemplo, poderíamos fazer um diálogo explorando as sonoridades possíveis. É um exercício de busca de sonoridades, cada um dentro da sua capacidade técnica. Podem vir um grande instrumentista, um iniciante ou também um não músico – até pelo interesse de conhecer, só para

debater. Mas a minha proposta é que todos possam participar.”

Prática – O professor ressalta não se tratar de uma novidade. “Mas é uma ação nova para a UFRGS aqui em Porto Alegre. Há algumas iniciativas pequenas, particulares.” O Núcleo de Música Improvisada não tem caráter burocratizado, se configura em uma atividade permanente à qual os interessados podem se agregar em qualquer período. Ele funciona na sala 30 do Instituto de Artes, às quintas-feiras, das 18h30min às 20h, e o cadastro pode ser feito na hora. Além do docente, o projeto conta com a participação do percussionista Luis Mário Tavares.

Algumas das experiências já estão sendo gravadas, e o material será disponibilizado posteriormente em CD na própria biblioteca do IA. Adolfo estuda a viabilidade de realizar um sarau do núcleo mais para o final do semestre. “Será do próprio interesse daqueles que permanecerão no grupo. Quem sabe,

no meu sonho, uma Orquestra de Improvisadores de Porto Alegre, mas isso, a longo prazo, quem sabe, pode virar um disco com todo o material.”

Não músicos – Diego Dias toca clarinete no Núcleo, mas nunca estudou o instrumento. “Se pedir uma nota específica para ele, ele não sabe tocar. Mas ele tira alguns sons e sabe explorar outros que às vezes os instrumentistas têm barreiras para explorar. No coletivo do qual faz parte, chamado *Jamais Fomos Modernos*, os integrantes exploram bastante o ruído, são muito ligados a essa música livre, a essa proposta nova que é um pouco individualizada”, comenta Adolfo sobre o rapaz. O professor exemplifica que alguns dos sons não desejáveis na música sinfônica são o trunfo da música improvisada: “Exploramos o ruído como um elemento expressivo dentro da criação, porque, na verdade, isso já está incorporado ao ouvido do público, só que ele está acostumado a setorizar as coisas”.

Descobrimos sonoridades

Entrevista com Diego Dias, participante do Núcleo de Música Improvisada da UFRGS.

Jornal da Universidade – Qual o teu objetivo em participar do novo núcleo do IA/UFRGS, já que tens uma trajetória na música improvisada? A prática é diversa?

Diego Dias – A prática na música improvisada sempre é diversa, mesmo que se esteja tocando com músicos já conhecidos. São vários os fatores que me levam a participar do núcleo: conhecer novas pessoas interessadas em música livremente improvisada – que sabemos não ser um estilo muito difundido – para formar outros projetos, perceber como a “academia” lida com esse tema, discutir a produção e produzir música diferente da que tenho feito fora do núcleo.

Em que os encontros podem contribuir para os projetos em que estás envolvido?

Eles são bastante enriquecedores. Algumas vezes tocamos e discutimos o que foi tocado; em outras, ouvimos gravações de sessões anteriores e com-

partilhamos as impressões do grupo. Os comentários do professor Adolfo são muito pertinentes e técnicos, sem serem apavorantes para um leigo. O fato de ele ser fagotista também me motiva muito a participar, pois é um instrumento de sonoridade belíssima que sempre admirei e do qual colecionei gravações. E não são muitos os fagotistas, ainda mais no campo da improvisação livre. Também é de se citar o fato de, eventualmente, algum integrante utilizar um instrumento que jamais tocou, como aconteceu comigo ao pandeiro, por exemplo. Descobrir sonoridades, sem meramente espancar o instrumento, ou então tentar tocá-lo “corretamente”, sem sabê-lo. Em nossos projetos não temos nenhum músico com formação clássica. Eu mesmo sou autodidata, assim como vários outros. Nosso projeto principal é a *Jamais Fomos Modernos*. Temos um projeto mensal chamado Berros - Barulhos, Experimentos, Ruídos Randômicos e Outras Sonoridades, no qual marcamos ensaios abertos em estúdio a quem estiver interessado em se inscrever e participar. Ainda estamos editando as gravações que já aconteceram para publicarmos.

Numa área mais pesada, o *Culto Primitivo ao Tamanduá* trabalha com distorções e guitarras, eletrônicos e sopros; além disso, há o duo experimental *Bar dos Assassinos*.

Qual tua profissão? Estudaste música ou é um hobby levado a sério?

Sou bancário. Não estudei música, não sei ler partituras, meu conhecimento técnico é nulo. Comecei ao clarinete, aprendi onde ficam as notas e dediquei-me apenas a explorar as sonoridades do instrumento, que são gigantescas. Depois, parti para o saxofone, do qual tenho a mesma visão. Sou um apaixonado colecionador de discos de música experimental – free jazz e free improvisation – e isso influi totalmente nas sonoridades que busco. Sim, é um hobby seriíssimo!

Por que a escolha pelos instrumentos de sopro? São os mais tradicionais para a improvisação?

Escolhi o sopro por causa dos meus grandes ídolos do free jazz e de improvisação livre: John Coltrane, Peter Brötzmann, Evan Parker, Anthony Braxton. Logicamente, esses nomes são

de mestres absolutos de seus instrumentos que habitam um panteão, para mim, intangível, mas que me inspira. Quando se falava em free jazz (uma das vertentes da improvisação livre, na verdade, precursora), logo se pensava em um saxofonista “quebrando tudo”. Enquanto isso, e hoje ainda é verdade, há muitos grupos de improvisação sem sopros ou que os usam de maneira totalmente diversa das práticas “tradicionais” – muitas vezes, é difícil saber qual instrumento está sendo tocado, tamanho o uso de técnica estendida. Sendo assim, é possível improvisar livremente com qualquer instrumento, e isso tem sido feito em todos os campos: percussões, cordas, sopros, etc.

Por que o nome Jamais Fomos Modernos? Qual a proposta do grupo?

O nome vem do ensaio homônimo em Antropologia de Bruno Latour. É, de certa forma, um comentário irônico ao som que produzimos, visto que muitas pessoas torcem o nariz para a improvisação livre, dizendo: “Ah, isso é moderno demais para mim”. Então, *Jamais Fomos Modernos!* Mesmo porque muito da inspiração direta para o que fazemos data de

mais de 50 anos. Nossa proposta é fazer improvisação livre e estruturada, calcada no free jazz, que todos os integrantes da banda ouvem e gostam bastante, com a inclusão de eletrônicos, eletroacústica e modulações ao vivo do que está sendo produzido.

Há lugar em Porto Alegre para a música improvisada? Onde vocês se apresentam?

Ainda não nos apresentamos ao vivo, embora tenhamos tido a oportunidade única de fazermos uma *jam session* com Simon Nabatov, um dos grandes nomes da improvisação livre mundial durante a residência dele aqui em Porto Alegre em julho. É obrigatório mencionar o Filme (Festival de Improvisação Livre e Música Extraterritorial), cuja última edição ocorreu em agosto na Casa de Cultura Mario Quintana.

Para saber mais

jamaisfomosmodernos.wordpress.com
 projetoberros.wordpress.com
 cultoprimitivo.wordpress.com
 bardosassassinos.wordpress.com

Redação: Ânia Chala | Fone: 3308-3368 | Sugestões para esta página podem ser enviadas para jornal@ufrgs.br

DESTAQUE



Marcello Mastroianni e Sophia Loren interpretam uma dona de casa e um radialista homossexual no clássico de Ettore Scola "Um dia muito Especial"

Para quem gosta do cinema italiano

Sétima Arte Ciclo organizado pela Sala Redenção exibirá as melhores produções do neorealismo

Em novembro, o cinema universitário Sala Redenção exibe uma seleção de filmes do neorealismo italiano e também algumas produções que dialogam com essa escola, tanto no campo da estética quanto no da temática.

Embora não haja um consenso entre os pesquisadores a respeito do que foi o neorealismo italiano, a filmografia neorealista tem como temas comuns o fascismo, a Segunda Guerra Mundial e suas consequências, os problemas sociais do campo, o desemprego e a condição feminina. Dentre as produções consideradas

clássicos dessa área figuram filmes como *Ladrões de Bicicleta*, *Alemanha Ano Zero* e *A Terra Treme*.

Estudiosos da área, como a napolitana e professora da USP Mariarosaria Fabris, sustentam que o neorealismo foi uma tendência cinematográfica que congregou vários diretores atuantes num mesmo período histórico em torno de uma orientação estética comum. Entre outras características, as produções dessa linha abusam de cenas com câmera na mão e planos-sequência, realizam filmagens em cenários reais e utilizam atores eventual-

mente não profissionais. Seus principais expoentes foram Roberto Rossellini, Luchino Visconti e Vittorio de Sica. O impacto do neorealismo italiano sobre a chamada sétima arte foi bastante grande, influenciando diretamente os cineastas da *nouvelle vague* francesa, além de outros movimentos como o novo cinema americano e, até mesmo, o cinema novo brasileiro.

A mostra *Neorealismo em Foco* tem curadoria de Tânia Cardoso de Cardoso e apoio cultural do Centro de Entretenimento *E o Vídeo Levou*. Todas as sessões têm entrada franca.

CINEMA

Fronteiras da Cultura

Programação especial da Sala Redenção para o V Congresso Brasileiro de Extensão. A mostra exibirá documentários com diferentes olhares entre a trílice fronteira Brasil, Argentina e Paraguai, curtas-metragens produzidos por universitários e filmes de ficção que abordam as problemáticas do encontro entre pessoas de culturas diferentes. Curadoria de Tânia Cardoso de Cardoso e Gilvan Veiga Dockhorn. Sessões com entrada franca.

SEM FASTIO: VOCÊ TEM FOME DE QUÊ? (Brasil, 2010, 52min), de Juliana Machado & Roger Elarrat
Sessão: 10 de novembro, 19h

LA FRONTEIRA (Argentina, 2009), de Lucho Bernal + Curtas Documentário sobre os moradores da aldeia argentina de Bernardo de Irigoyen que vivem na fronteira seca com dois municípios do Brasil, numa curiosa diluição das identidades nacionais e culturais.
Sessão: 11 de novembro, 16h



O VISITANTE (EUA, 2008, 104min), de Thomas McCarthy
Professor viúvo e amargurado leva a vida de uma maneira totalmente rotineira e sem objetivos. Tudo muda quando ele se depara com dois imigrantes ilegais, encontrando neles amizade, carinho e uma nova razão para viver.
Sessão: 11 de novembro, 19h

Elsa-RS

Sessão comemorativa a mais um ano de atividades do projeto Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto (Elsa).

ELSA & FRED - UM AMOR DE PAIXÃO (Argentina/Espanha, 2005, 108min), de Marcos Carnevale

Fred é um homem aposentado com mais de 80 anos que leva uma vida tranquila até descobrir que está doente. O que parecia ser o fim de sua vida muda completamente quando ele conhece Elsa, sua vizinha, que também tem em torno de 80 anos. Juntos eles realizam novas experiências, redescobrimo o prazer de viver.
Sessão: 16 de novembro, 16h
Entrada franca

CineDHebate Direitos Humanos

O projeto, parceria entre a Faculdade de Educação e a Sala Redenção, tem uma edição mensal, exibindo filmes que proporcionem o debate sobre o combate à violência, a discriminação e o acesso à justiça.

OS DOZE MACACOS (Twelve monkeys, EUA, 1995, 129min), de Terry Gilliam
No ano de 2035, homem viaja ao passado para tentar decifrar a origem de vírus mortal que levou à morte a maioria da população da Terra.
Sessão: 16 de novembro Local e horário: Sala Redenção, 19h
Entrada franca

História no Cinema para Vestibulandos

Ciclo promovido pela Pró-reitoria de Extensão da UFRGS e pelo CineBancários, sempre no primeiro e no último sábado do mês. Os filmes exibidos são precedidos de palestras que tratam de temas abordados na prova de História do vestibular da Universidade. As sessões ocorrem no CineBancários. Mais informações em historianocinema-paravestibulandos.blogspot.com

Tema: Guerra Fria
ADEUS, LÊNIN! (Alemanha, 2003, 118min), de Wolfgang Becker
Pouco antes da queda do muro de Berlim, mulher entra em coma. Quando ela desperta, em meados de 1990, a antiga Alemanha Oriental está transformada pelo fim do comunismo. Seu filho, temendo que a excitação causada pelas mudanças possa lhe prejudicar a saúde, decide esconder-lhe os acontecimentos. Palestrantes: Gabriela Rodrigues e Erick da Silva
Sessão: 26 de novembro, sábado, às 9h30min
Entrada franca

TEATRO

Teatro, Pesquisa e Extensão

Projeto do Instituto de Artes e das pró-reitorias de Pesquisa e Extensão.

FAUSTINA



Encenação inspirada no conto *A História de Faustina*, a *Medrosa*, de Gonçalo Tavares. Faustina, mulher do imperador romano Marco Aurélio, sente mais observadora do que participante de sua vida. Espetáculo originado nas disciplinas Atelier de Criação Cênica I e Atelier de Composição Cênica I, com orientação de Patrícia Fagundes, Xico de Assis e Luciane Olenzki. Direção: Isandria Fermiano. Elenco: Anildo Michelotto, Carolina Pohlmann, Carolina Ramos, Natália Souza e Vinicius Mello.
Sessões: todas as quar-

tas de novembro Local e horário: Sala Alzira Azevedo, às 12h e às 19h30min
Entrada franca

Mostra DAD 2011-2

Seleção de peças de estudantes do curso de Teatro da UFRGS. Entrada franca.

PARA SEMPRE: POESIA!
Trabalho de Rita Maurício para a disciplina de Estágio de Atuação II apresenta a história de uma atriz em busca de um diálogo

entre vida e arte. A orientação é de Luciane Olenzki, com direção de Júlio Saraiva.
Sessões: 18, 19 e 20 de novembro Local e horário: Sala Alzira Azevedo, 20h

EL TROVADOR JUVÊNIO: DO PAMPA AO CHAPEU
Espetáculo de rua com temática gaudéria. Trabalho de Paulo Brasil para a disciplina de Estágio de Atuação II, com orientação de Luciane Olenzki e direção de Eve Mendes.
Sessões: 25 de novembro, 19h, Praça da Alfândega, em frente ao Banco Safra; 26 de novembro, 11h, Parque da Redenção, no gramado ao lado do Chafariz; 27 de novembro, 11h, Parque da Redenção, no gramado ao lado do Chafariz.

O CORAÇÃO DELATOR
Adaptação cênica do conto de Edgar Allan Poe feita pelo estudante Pedro Nambuco para a disciplina Estágio de Interpretação I, sob a orientação de Cristiane Werlang.
Sessões: 25 a 27 de novembro Local e horário: Sala Alzira Azevedo, 20h

ONDE?

► **Auditorium Tasso Corrêa**
Senhor dos Passos, 248
Fone: 3308-4318

► **CineBancários**
General Câmara, 424
Fone: 3433-1205

► **Museu da UFRGS**
Oswaldo Aranha, 277
Fone: 3308-4022

► **Sala Alzira Azevedo**
Av. Salgado Filho, 340
Fone: 3308-4318

► **Sala Fahrion**
Paulo Gama, 110 - 2.º andar
Fone: 3308-3034

► **Sala Redenção**
Luiz Englert, s/n.º
Fone: 3308-3933

► **Sala de Atos**
Paulo Gama, 110
Fone: 3308-3600

PROGRAMAÇÃO

VÍTIMAS DA TORMENTA (*Sciuscià*, Itália, 1946, 95 min), de Vittorio de Sica
Dois garotos pobres sonham comprar um cavalo branco, mas acabam presos depois de se envolverem em um furto.
Sessão: 14 de novembro, 16h

PAISÀ (Itália, 1946, 120 min), de Roberto Rossellini
Filme em seis episódios que mostram a luta das tropas aliadas para libertar, entre julho de 1943 e o início de 1945, diversas regiões da Itália do domínio nazista.
Sessões: 14 de novembro, 19h; 17 de novembro, 16h



A TERRA TREME (*Terra trema*, Itália, 1948, 152 min), de Luchino Visconti
Revoltado com a exploração dos comerciantes de peixes, jovem tenta convencer seus colegas pescadores a trabalhar por conta própria.
Sessões: 17 de novembro, 19h; 18 de novembro, 16h



LADRÕES DE BICICLETA (*Ladri di biciclette*, Itália, 1948, 86 min), de Vittorio de Sica
Homem contratado para colar cartazes de cinema pela cidade tem sua bicicleta roubada logo no primeiro dia de trabalho.
Sessões: 18 de novembro, 19h; 21 de novembro, 16h

ALEMANHA, ANO ZERO (*Germania, anno zero*, Itália, 1948, 72 min), de Roberto Rossellini
Na cidade de Berlim em ruínas, após o final da Segunda Guerra, garoto muito pobre trabalha para sustentar o pai doente e os irmãos mais novos.
Sessões: 21 de novembro, 19h; 22 de novembro, 16h

ARROZ AMARGO (*Riso amaro*, Itália, 1949, 109 min), de Giuseppe de Santis
No Vale do Rio Pó, mulheres boas-frias são contratadas para a colheita de arroz, trabalhando em condições precárias.
Sessões: 22 de novembro, 19h; 23 de novembro, 16h

EUROPA 51 (*Europa '51*, Itália, 1952, 113 min), de Roberto Rossellini
Mulher da alta sociedade busca um novo sentido para a vida, depois de perder o filho.
Sessões: 24 de novembro, 19h; 25 de novembro, 16h

OBSESSÃO (*Osessione*, Itália, 1943, 140 min), de Luchino Visconti
Na Itália dos anos 40, dona de uma pensão planeja com o amante o assassinato do marido.
Sessão: 24 de novembro, 16h

UMBERTO D. (*Umberto D.*, Itália, 1952, 89 min), de Vittorio de Sica
Funcionário público aposentado é despejado. Na companhia de seu cachorro, ele vaga pelas ruas, buscando viver com dignidade.
Sessões: 25 de novembro, 19h; 28 de novembro, 16h



NOITES DE CABÍRIA (*Le notti di Cabiria*, Itália, 1957, 117 min), de Federico Fellini

Prostituta que ganha a vida nas ruas de Roma em meados dos anos 50 sonha com o amor perfeito e acredita na bondade das pessoas. Por isso, sofre constantemente desilusões. Em suas andanças pela noite romana, ela se envolve com um astro de cinema em crise conjugal e, também, com um contador, que parece amá-la de verdade.
Sessões: 28 de novembro, 19h; 29 de novembro, 16h

OS GIRASSÓIS DA RÚSSIA (*I girasoli*, Itália, 1970, 101 min), de Vittorio de Sica
Após anos sem notícias, mulher viaja para a Rússia em busca do marido, atravessando cidades e campos de girassóis. Quando enfim ela o encontra, percebe que algo mudou entre eles.
Sessões: 29 de novembro, 19h; 30 de novembro, 16h

UM DIA MUITO ESPECIAL (*Una giornata particolare*, Itália, 1977, 110 min), de Ettore Scola

Em 8 de maio de 1938, dia em que Hitler visita a Itália fascista de Mussolini, dois vizinhos, uma dona de casa e um jornalista homossexual, estabelecem uma relação intensa, cheia de confidências e observações sobre a vida.
Sessões: 30 de novembro, 19h

“Segura o mundo porque agora eu vou dar aula”, diz Jane sobre o seu prazer

O sorriso de Jane Tutikian

Patrona Professora de Literatura e autora, reflete sobre a formação do leitor e a felicidade de ensinar

Caroline da Silva

Este ano, Jane Tutikian comemora os 30 anos de publicação da sua primeira obra, a coletânea *Batalha Naval*. Doutora em Literatura Comparada e diretora do Instituto de Letras da UFRGS, a professora foi escolhida para ser a patrona da 57.ª Feira do Livro de Porto Alegre, que segue até o feriado de 15 de novembro.

Para esta edição do evento, Jane estava somente preparando o lançamento de uma obra de contos inédita, para além de tantas que já publicou individualmente (como, por exemplo, *A rua dos segretos amores*, 2002) e de outras coletâneas em que participou, como *Contos de abandono*, de 2009.

Outra característica de seu trabalho são as novelas infanto-juvenis, como *A cor do azul*, que lhe rendeu um prêmio Jabuti em 1984. Toda a obra e a trajetória da escritora podem ser acessadas em www.janetutikian.com.

A escolha – Em sua sexta indicação ao patronato, ela é a quarta mulher selecionada para o posto em mais de cinco décadas de história da feira. Antes, foram homenageadas Maria Dinorah (1989), Lya Luft (1996) e Patrícia Bins (1998).

Ao ser anunciada, Jane declarou que interpretava o momento como o certo porque completava os 30 anos de escritora. “Quando tu fechas o tempo de aposentadoria, não tem como não dar uma parada. Se tu olhas para frente, o futuro fica menor do que quando olhas para trás. Isso é inevitável, é da vida. O patronato da Feira do Livro é também uma homenagem que o autor recebe e o reconhecimento pelo trabalho, até me ajuda nas minhas respostas ao olhar pra trás: valeu a pena? Claro que Fernando Pessoa diz que tudo vale a pena se a

alma não é pequena, e a minha pretendo que não seja tão pequena”, reflete ela às gargalhadas.

Antes do início da 57.ª edição da Feira, a professora já estava consciente da maratona que a esperava, e contente por isso. De pronto, acatou um conselho quase decretado: “Larga o salto!”. Assim, a escritora pretende caminhar pelo evento em todos os dias de realização.

“Vou à Feira somente na parte da tarde e da noite. Isso me permite que, em todas as manhãs, eu esteja no Instituto de Letras. Faço tudo, dou aula, oriento. Tenho 14 orientandos.” A repórter pergunta se ela tem a intenção de dormir nesse período: “Talvez, se conseguir”.

Muitos comemoraram a escolha de Jane por acreditarem que a área infanto-juvenil seria mais valorizada. “Acho que não existe algo que eu possa fazer nesse sentido. A parte infantil vai continuar no Cais, e as crianças, me parece, se sentem muito à vontade lá. É uma área bonita, e com a restauração do lugar, vai ficar mais bonita ainda.” Ela acredita que ser patrona da Feira acaba chamando a atenção para a literatura juvenil, pois metade do seu trabalho é para adulto, metade é para adolescentes. A professora conclui que hoje a literatura infanto-juvenil vive de baixo de uma espécie de manto de invisibilidade: “A mídia não dá espaço, a menos que seja na Feira do Livro e para os chamados escritores tombados”.

Leitura – Conforme a escritora, são raras as universidades que trabalham com literatura infantil e juvenil, e as escolas, por sua vez, não têm literatura no currículo do ensino fundamental. “Então, ela tem tudo contra. Por um lado, se diz que quem forma o leitor é a escola, e a escola diz que o leitor tem que vir formado de casa.”

Jane gostaria de ter a oportunidade, como patrona, de conversar com bibliotecários e professores da rede pública justamente sobre essa questão da formação do leitor. “Eu acho que, se a escola não forma, e ela tem as razões para isso. Ainda assim, tem o seu papel de formação de um cidadão crítico – não existe cidadão crítico se não ler, não há essa possibilidade. E, se a família não forma (porque não tem dinheiro ou, se tem, como Pedro Bandeira já diz, prefere investir nos pés do que na cabeça, pagam uma fortuna por um tênis que tem uma luzinha, mas não pagam o preço de um livro), está na hora de nós todos, como sociedade, assumirmos isso. Mas, para

que isso ocorra, temos de trabalhar juntos”, analisa a professora.

“Querida que lembrem de mim como uma pessoa extremamente participativa. Gostaria de deixar a imagem de uma patrona que lutou pela leitura e pelo livro, e também uma patrona muito feliz, que vai curtir horrores os 15 dias.” Jane faz uma pausa, visivelmente emocionada. “É, vou curtir muito, podes ter certeza!”, reforça.

Beleza – Além da personalidade acessível da nova patrona, chamam a atenção sua elegância e beleza, que desmentem os números. “Esse negócio da idade é muito engraçado. O Carlos André Moreira, da Zero Hora [jornalista especializado em Literatura, seu orientando de mestrado], disse: ‘O Charles [Kiefer] é muito mais velho do que a senhora, como é ser uma patrona jovem?’”, conta Jane, que respondeu ser muito mais velha do que o autor, patrono de 2008.

A história continua. “Como assim, professora?”, teria perguntado o repórter. “Eu tenho 59 anos, vou fazer 60”, enfatizou ao pupilo incrédulo. “A grande invenção do século não é o computador... É o Wellaton (gargalhada). Não há nada que o Wellaton não resolva!” Muito antes de precisar usar tinturas para o cabelo, a sua aparência já era destaque. Em 1970, foi eleita Miss Porto Alegre e, posteriormente, Primeira Princesa do Rio Grande do Sul. Dizem as boas línguas que nessa época, o mesmo ano de sua entrada na Universidade, muitos corações foram arrebatados no curso de Letras. Quatro anos depois, qualquer esperança iria por terra: a bela jovem casava-se com o advogado Edegar Morel Tutikian.

Professora – Após finalizar a graduação no mesmo ano do matrimônio, concluiu o mestrado em Literatura em 1977. Em 1984, quando venceu o Jabuti, era professora da Escola Estadual Roque Gonzales, da qual assumiria a direção no ano seguinte. Após cinco anos, ingressou na UFRGS como professora substituta. E em 1993 entrou como docente no quadro de servidores da Universidade por concurso. Jane é conhecida por ocupar atividades administrativas e não se desligar da sala de aula. “Sou diretora, faço parte de n comissões, mas nada para mim é melhor do que dar aula, e é uma coisa de que realmente não abro mão. O mundo pode estar caindo na minha cabeça, no momento em que entro na sala de aula, tem uma suspensão.”

Flertes com as letras desde a infância

“Muitas vezes peguei meu pai escrevendo no papel pardo que enrolava o pão. Eu tenho um poema que escrevi para ele aos 8 anos. Sempre tive uma relação muito próxima com a palavra escrita. Acho que ela sempre fez parte do meu mundo”, conta a porto-alegrense Jane Tutikian, filha de José Trindade Fraga, guarda de trânsito, e de Doralice da Silva Fraga, costureira.

A patrona diz que, por causa da infância muito pobre, não tinha exemplares em casa. “Mas minha mãe contava muitas histórias. Quando era *João* e o *Pé de Feijão*, a história nunca acabava porque o irmão mais velho já começava a chorar, pois sabia que o gigante iria matá-lo lá em cima. Também se ouvia o programa *O Mágico de Oz* no rádio.” Ela foi ter o primeiro contato com livro no colégio. “Aí eu era um rato de biblioteca mesmo. Fiz todo o primário no Instituto de Educação [Flores da Cunha] e o Clássico no Julinho”, esclarece.

A Feira a menina também foi conhecer no mesmo período, por fazer parte do Teatro Infantil Permanente do Instituto de Educação (Tipie), coordenado pela professora Olga Reverbel. “O Tipie era um grupo de normalistas e tinha suas atrizes, mas resolveram dar uma chance para quem estava no teatro, e aí ela fez um teste. Muitos participaram, e eu ganhei.” Para a apresentação, era necessário dizer somente uma frase: *Conta-nos, contanos, fada, a magia de encantar*. “Quando chegou a hora, fiquei tão enlouquecida que não saía a tal da frase. Até que enfim saiu, mas fiquei muito frustrada. Aí veio uma professora e me deu o livro *As minas de prata* (de José de Alencar). Desapareceu a frustração e comeceou o mundo do encantamento”, recorda.

Quando estudava no Colégio Estadual Júlio de Castilhos, já escrevia contos para o Caderno de Sábado do Correio do Povo. “Foi um tempo muito feliz, porque aqueles que já eram veteranos na Literatura acolhiam os jovens escritores. A relação do escritor com o texto escrito é outra, porque o texto já não é mais dele, está na rua. Não posso recolher e tentar mudar”, reflete Jane sobre o que continuou fazendo durante toda a graduação.

Dessa forma, começaram as cobranças pelo livro. Um dia, encontrou Sérgio Faraco em uma sessão de autógrafos, que também lhe perguntou sobre a publicação. Ela respondeu que achava bastante difícil. “Ele me disse para mandar os originais. Reuni todos os contos que tinha publicado na imprensa, no Caderno de Sábado, nos suplementos de Minas Gerais e no Jornal do Brasil, e enviei para o Faraco. Ele levou

para a Civilização Brasileira, cujo editor era o famoso Ênio Silveira. E aí o Ênio decidiu publicar (*Batalha Naval*). Depois foi mais fácil.”

Com o livro seguinte, *A cor do azul*, ganhou o prêmio mais importante da literatura brasileira. “Quando tu tens um desses na prateleira, as portas estão abertas. E é interessante: quando as pessoas falam nas coisas que já fiz, inevitavelmente aparece o Jabuti. Ganhar um Jabuti foi bom, mas também imagina uma escritora nova no segundo livro ganhar um prêmio desse porte, né? É difícil quando se ganha um prêmio jovem, muito no início de carreira. Não é fácil de lidar com ele...”, desabafa Jane.

Felizmente, continuou a publicar e conseguiu constituir a identidade para a sua obra ficcional, que paralelamente tem publicações acadêmicas. “Sou doutora em Literatura Comparada, então isso me dá uma abertura grande de caminhos. Agora, sou especialista em literatura portuguesa e em literaturas africanas. Essa é minha área de pesquisa, atuação, em que dou aulas. Mas não tem como eu viver isolada da literatura brasileira, que tem grandes nomes. Clarice Lispector, por exemplo, é uma paixão”. Outro trabalho de Jane foi a organização da obra de Fernando Pessoa para a editora L&PM: “um trabalho de quatro anos (2006-2009)”, explica a professora.

Jane também não vive distante de outras escolas da literatura. Neste ano, ela participou do evento *Livros que abalaram o mundo*, convidada pela Coordenação do Livro e Literatura da Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre para falar sobre *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir. “A Simone é um caso sério na minha vida. No final da década de 1960 e início da de 1970, eu estava entrando na Universidade, e o existencialismo estava no auge no Brasil, inclusive Sartre e Simone haviam visitado o país. Então sentávamos no Bar do Antônio (que era o Bar da Filosofia) e discutíamos o existencialismo.” Para a patrona, que também é formada em francês, Simone mudou toda a perspectiva do pensar da mulher sobre si mesma “a partir da frase ‘não se nasce mulher, se faz a mulher’. Até para concluir aquela pergunta interceptada por Freud (afinal, o que querem as mulheres?), pensando o sorriso de Mona Lisa – aquele sorriso que não é nada e ainda assim é tudo”, divaga a escritora sobre o tema do feminino. Nada ou tudo, permanece uma certeza: a marca de Jane nesta Feira também é o sorrir.



Os Vagantes

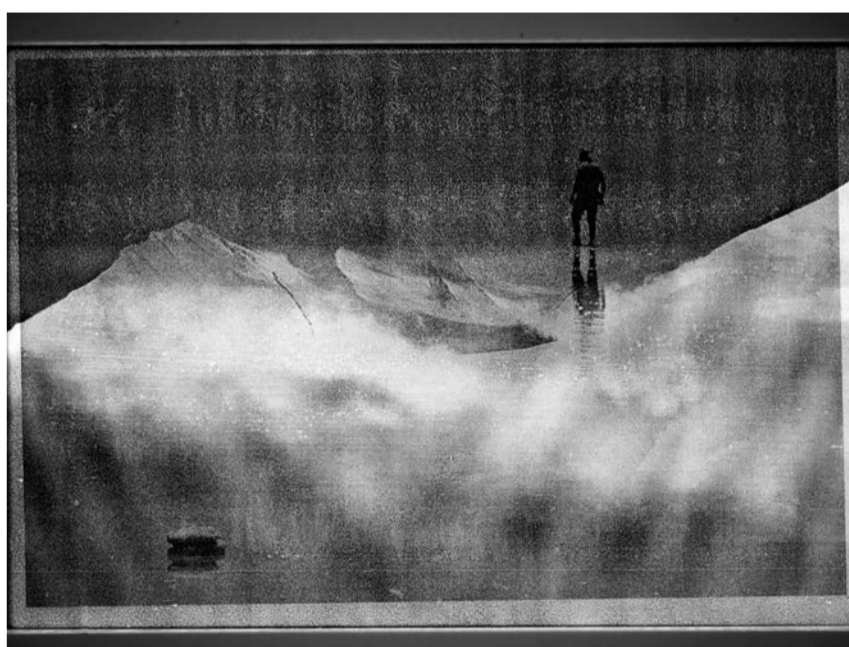
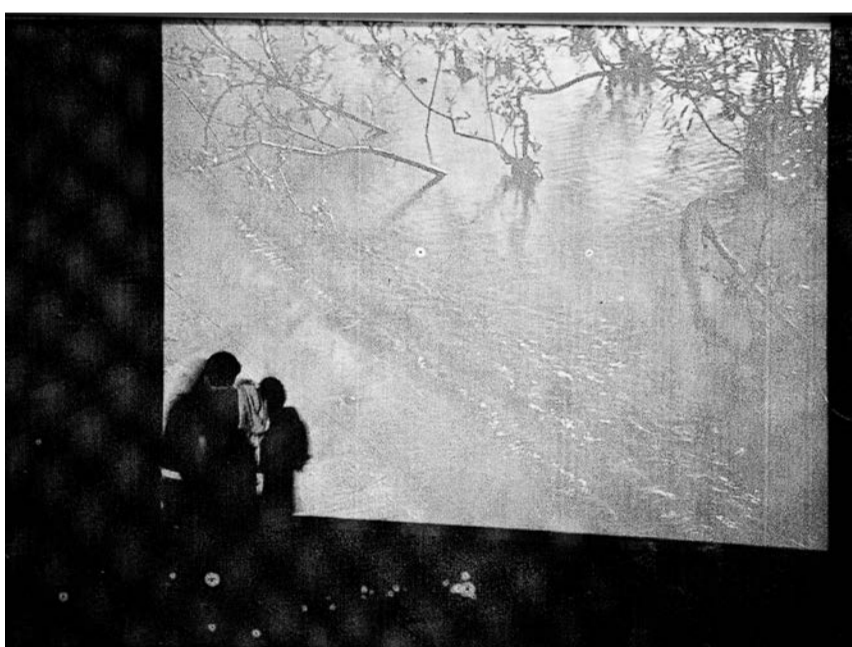
TEXTO NIURA RIBEIRO FOTOS BETE ROCHA



Se o retrato, para John Tagg, é tanto a descrição de um indivíduo como a inscrição de uma identidade social, é na contração dessa concepção que Elizabete Rocha constrói suas figuras. As narrativas que seus trabalhos desencadeiam apresentam corpos em silhuetas que nada dizem sobre suas identidades. São corpos aplainados e, por vezes, esvanecidos que desindividualizam quaisquer características físicas, desabilitando o reconhecimento de singularidades.

O contraste de planos de luzes e sombras dos trabalhos de Elizabete bem poderia lembrar a natureza do negativo fotográfico. Essas figuras em deslocamentos criam uma situação espacial de diluição de seus contornos e são obtidas em salas escuras pelo registro em baixa velocidade, em contraluz, e ainda são transformadas em imagens numéricas para ajustar e intensificar os contrastes.

Nas fotografias de Elizabete, parece haver muitas identidades, sem que nenhuma delas se mostre claramente. Pode-se perguntar: qual intenção tem a artista? Possivelmente é a de representar o ser humano massificado pelo cotidiano, pela velocidade do mundo contemporâneo, que não dispõe mais de tempo para refletir e evitar que sua mente e seu corpo sejam colonizados pelo que ditam as regras do momento social.



BETE ROCHA É DOUTORA EM BIOQUÍMICA, TENDO TRABALHADO COMO PROFESSORA DO DEPARTAMENTO DE BIOQUÍMICA DA UFRGS ATÉ 2010. FOTOGRAFA SISTEMATICAMENTE DESDE 2003 E ATUALMENTE FAZ MESTRADO EM ARTES VISUAIS NO INSTITUTO DE ARTES DA UFRGS. AS FOTOS DESTA PÁGINA FORAM EXPOSTAS NA GALERIA LUNARA, EM PORTO ALEGRE, NO MÊS DE JUNHO PASSADO.